

> SETAS - 000100 <

No Brasil, o caso emblemático de criminalização das mulheres ocorreu no estado do Mato Grosso do Sul, quando, após invasão de um clínica que supostamente fazia interrupção voluntária da gravidez, 10 mil mulheres tiveram suas fichas médicas violadas e 2 mil mulheres ficaram sob ameaça de indiciamento. As profissionais que trabalhavam na clínica que realizava o procedimento (três auxiliares de enfermagem e uma psicóloga) foram a júri popular no início de abril deste ano, sendo condenadas sem nenhuma prova. Além disso, outras mulheres que supostamente praticaram interrupção voluntária da gravidez nesta clínica foram condenadas, também sem provas, a trabalho comunitário.

Diante da desinformação generalizada da população, da diversidade de visões sobre a questão e, em especial, dos argumentos falaciosos, falsas informações e toda sorte de mentiras lançadas e difundidas pelas forças patriarcais reacionárias e seus aliados, a Assembléia da Frente, realizada no final de 2009, decidiu pela elaboração e difusão de uma Plataforma pela legalização da Interrupção voluntária da gravidez no Brasil.

Para uma efetiva autodeterminação reprodutiva das mulheres é preciso a implantação de um conjunto de medidas e políticas que promovam direitos, enfrentem a cultura política patriarcal, o racismo e a desigualdade social. Estas medidas são aqui apresentadas em torno de prioridades, que têm como princípio assegurar a autonomia e a livre decisão da mulher sobre seu corpo e sua vida, respeitando a confidencialidade, privacidade, e garantindo escuta e orientação, principalmente às mulheres jovens, adolescentes e meninas.

O direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, em ambiente legal e seguro, está fundado no Direito Internacional dos Direitos Humanos. O Estado Brasileiro, como signatário dos pactos e convenções de Direitos Humanos e seus protocolos, que formam o corpus jurídico deste direito, está obrigado a garantir às mulheres os seguintes direitos: à vida, ao máximo possível de saúde física e mental; à igualdade e não discriminação; à intimidade e à autonomia reprodutiva; à liberdade; a não serem submetidas a maus tratos, crueldade e degradação; à liberdade de consciência e religião, entre outros. Dessa forma, a proibição e a criminalização do aborto e a falta de acesso a procedimentos seguros e gratuitos constituem uma violação destes direitos. Garantem a vigência destes direitos o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP); a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW); o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC); a Convenção sobre os Direitos da Criança; a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH); a Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, e a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing em 1995, forma marcos para a afirmação dos direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres como direitos humanos. Em especial, o Programa de Ação do Cairo estabelece as definições de saúde sexual reprodutiva e direitos reprodutivos:

“A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e as suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros

> SETAS - 000101 <

métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que deem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio. De conformidade com definição acima de saúde reprodutiva, a assistência à saúde reprodutiva é definida como a constelação de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e o bem-estar reprodutivo, prevenindo e resolvendo problemas de saúde reprodutiva. Isto inclui também a saúde sexual cuja finalidade é a intensificação das relações vitais e pessoais e não simples aconselhamento e assistência relativos à reprodução e a doenças sexualmente transmissíveis.”

“Tendo em vista a definição supra, os direitos de reprodução abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos de acordos. Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos. No exercício desse direito, devem levar em consideração as necessidades de seus filhos atuais e futuros e suas responsabilidades para com a comunidade. A promoção do exercício responsável desses direitos por todo indivíduo deve ser a base fundamental de políticas e programas de governos e da comunidade na área da saúde reprodutiva, inclusive o planejamento”

O Estado brasileiro assumiu tais compromissos com a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, que devem ser traduzidos em ações que possibilitem a mulheres e homens vivenciar com plenitude e saúde a sua sexualidade; decidirem, livre e conscientemente, ter ou não ter filhos – o seu número e espaçamento entre eles; acessarem informações e os meios necessários à concretização de suas decisões reprodutivas, além de tratamento digno e de qualidade, quando dele necessitarem.

O governo brasileiro comprometeu-se a garantir a saúde sexual, estado de bem estar físico, psicológico e social relacionado com a sexualidade que requer um ambiente livre de discriminação, de coerção e de violência; e a saúde reprodutiva, estado de bem estar físico, psicológico e social nos aspectos relativos a capacidade reprodutiva da pessoa, que implica na garantia de uma vida sexual segura, a liberdade de ter filhos e de decidir quando tê-los. Além disso, o governo brasileiro se comprometeu-se a revisar as leis punitivas que incidem sobre as mulheres que praticam abortos ilegais e inseguros, conforme compromisso disposto no parágrafo 106 k. da Plataforma de Ação de Beijing (Conferência Mundial sobre a Mulher). De acordo com o referido parágrafo 106 k, os Estados se comprometeram a “considerar a possibilidade de reformar as leis que preveem medidas punitivas contra as mulheres que tenham sido submetidas a abortos ilegais”.

Desde que se iniciou o processo de reabertura democrática no Brasil, em meados da década de 1980, organizações da sociedade civil que trabalham para a igualdade de direitos entre homens e mulheres e para a efetiva implementação dos direitos das mulheres vêm travando batalhas no campo democrático no sentido de garantir que o Estado dispense a atenção devida aos temas que afetam direta e especificamente a saúde das mulheres, e os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Como resultado dessas batalhas, avanços foram conquistados com a adoção do Programa de Atenção à Saúde Integral das Mulheres (PAISM), as políticas de atenção à feminização da epidemia de Aids, elementos da estratégia Rede Cegonha, entre outros. Os direitos

> SETAS - 000102 <

Sexuais e os direitos reprodutivos fazem parte dos direitos humanos e têm como marco a Constituição Federal de 1988, que incorpora o direito a saúde no rol dos direitos sociais, no seu artigo 6º, e estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, no artigo 196.

Um outro avanço em termos normativos para a garantia da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos reprodutivos é a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde, que estabelece normas gerais de acolhimento, orientação e atenção clínica a mulheres que passaram por abortamento – espontâneos ou provocados – e procuram assistência em unidades de saúde públicas ou privadas. (Ministério da Saúde, 2010).

Hoje, vinte anos depois do Programa de Ação do Cairo, é necessário avançar mais houve em termos legislativos para efetivar políticas de saúde sexual e reprodutiva que garantam o direito à interrupção legal da gravidez no Brasil. Neste sentido, o Brasil através da apresentação deste Projeto de Lei, vem cumprir com o que foi acordado no Consenso de Montevideu, que estabeleceu a necessidade dos países tomarem medidas para revisar suas leis, regulamentos, estratégias e políticas públicas relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez a fim de proteger a vida e a saúde das mulheres, adolescentes e jovens, melhorar a sua qualidade de vida, e reduzir o número de abortos (parágrafo 42, Consenso de Montevideo).

Este Projeto de Lei foi inicialmente construído em parceria com o Setorial de Mulheres do Partido Socialismo e Liberdade a partir da Plataforma pela Legalização do Aborto escrita pela Frente Nacional pela Legalização do Aborto e do acúmulo histórico e de luta de tantas feministas que valorizam e querem preservar a vida e a dignidade das mulheres.

Foram levados em consideração para a redação desta proposição: a lei 18.987 do Uruguai, a lei do Estado Espanhol de 2010, e o Projeto de Lei da Campanha Nacional pelo Aborto Seguro, Legal e Gratuito da Argentina.

Colaboraram com a construção deste Projeto de Lei, com sugestões, críticas ou contribuições, as seguintes pessoas e entidades: Sonia Correa; Maíra Fernandes; Beatriz Galli; Bernardo Campinho; OAB - Ordem dos Advogados do Brasil; IPAS; CLADEM; CFemea; companheiras da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras; companheiras da CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora; companheiras da CDD - Católicas pelo Direito de Decidir; companheiras da Marcha de Mulheres Negras; CRP-RJ; CRESS - RJ; servidoras da SPM - Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República; servidoras do Ministério da Saúde; professoras e professores das redes públicas do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

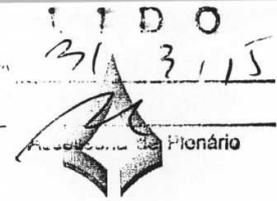
Diante de todo o exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2015.

Deputado JEAN WYLLYS



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras



MOÇÃO Nº MOÇ 034 /2015 DE 2015.

(Deputado **Professor Reginaldo Veras**)

Manifesta votos de louvor e parabeniza os educadores Sebastião Ivaldo Carneiro Portela, a estudante da Universidade de Brasília Alessandra Nascimento e aos estudantes Sthefany Aline Falcão Silva e Juliana Macedo Abílio do Centro de Ensino Médio 02 do Gama pelos relevantes serviços prestados para a educação do Distrito Federal.

> SETAS - 000103 <

Com base no Art. 144 do Regimento Interno desta casa, proponho aos nobres pares manifestar votos de louvor e parabenizar os educadores Sebastião Ivaldo Carneiro Portela, a estudante da Universidade de Brasília Alessandra Nascimento e os estudantes Sthefany Aline Falcão Silva, Juliana Macedo Abílio do Centro de Ensino Médio 02 do Gama pelos relevantes serviços prestados para a educação do Distrito Federal.

APL 03 - 30/04/2015 16:23
C. Veras 11928

JUSTIFICAÇÃO

O Centro de Ensino Médio 02 do Gama foi a única escola do Distrito Federal a participar da Feira Brasileira de Ciência e Engenharia – FEBRACE no ano de 2015.

Graças ao empenho e dedicação dos envolvidos no projeto, o Centro de Ensino Médio 02 do Gama foi a única escola do DF a participar da FEBRACE no ano de 2015. O grupo da escola apresentou o projeto intitulado de “*estudo do nível de proteção dos materiais à radiação ultravioleta*” e por este projeto receberam menção honrosa na feira em questão.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras



A escola em tela, graças ao empenho do supervisor pedagógico Sebastião I. C. Portela, vem há alguns anos fomentando e realizando diversos projetos na área de ciências.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional clarifica a importância de se conduzir o aluno a uma interação com a ciência e a tecnologia, que lhe oportunize um conhecimento dentro de seu cotidiano sociocultural e o trabalho desenvolvido nessa escola vem de encontro com o que preconiza a LDB, uma vez que o aluno tem direito a um saber científico, não somente dos conteúdos sistematizados através de programas de ensino, livros didáticos, preferências do professor por este ou aquele conteúdo, esta ou aquela prática, mas um saber que lhe oportunize opinar, problematizar, agir, interagir, entendendo que o conhecimento adquirido, não é definitivo, absoluto.

Infelizmente a maioria das escolas públicas do DF não possuem laboratórios de ciências e não possibilitam ambientes adequados para que o saber científico seja desenvolvido. Desta forma, iniciativas e projetos como o desenvolvido no Centro de Ensino Médio 02 do Gama estão contribuindo para o despertar científico dos jovens daquela comunidade.

A presente Moção tem o escopo de prestar uma justa homenagem ao mesmo tempo reconhecer o relevante trabalho prestado por esses educadores e educandos à educação do Distrito Federal.

Diante do exposto, peço aos nobres pares a aprovação dessa Moção.

Sala das sessões, 30 de março de 2015.

Deputado Professor **REGINALDO VERAS**
PDT



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO**



L I D O

Em 31.3.15

REQUERIMENTO Nº.

RQ 419 /2015

(Do Senhor Deputado RODRIGO DELMASSO e Outros)

Assessoria de Gabinete

**Requer o registro da Frente
Parlamentar da Comunicação Social.**

> SETAS - 000106 <

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal:**

Com base na Resolução nº. 255/2012, requeremos o registro da Frente Parlamentar da Comunicação Social, composta pelos ilustres Pares signatários deste requerimento, instituída para promover e acompanhar atividades legislativas referentes à supracitada proposição.

JUSTIFICAÇÃO

8.

O registro da Frente Parlamentar da Comunicação Social tem o objetivo de estimular o amplo debate sobre a Indústria da Comunicação, que envolve a contribuição, dada à sociedade, por agências de publicidade, fornecedores, veículos impressos ou eletrônicos e anunciantes.

Dentre as ações a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar, estão o apoio a programas de ações governamentais e não governamentais, o estudo e a defesa de política de investimentos públicos e privados, a promoção e incentivo de estudos, debates, cursos e seminários, e a promoção do aperfeiçoamento da publicidade governamental, quanto á técnica, criatividade e ética.

A Frente Parlamentar é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir com o desenvolvimento de ações em favor das nossas crianças e adolescentes.

26.3.15 16h



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO**



Pela importância da criação desta Frente Parlamentar, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....

> SETAS - 000106 <


Deputado RODRIGO DELMASSO - PTN

Deputado AGACIEL MAIA - PTC

Deputada CELINA LEÃO - PDT

Deputado CHICO LEITE - PT

Deputado CHICO VIGILANTE - PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO - PTB

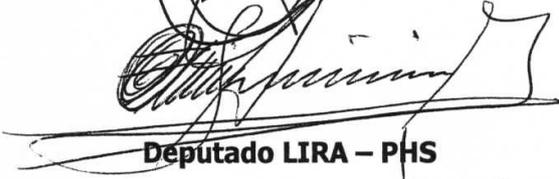
Deputado DR. MICHEL - PP

Deputado JOE VALLE - PDT

Deputado JUAREZÃO - PRTB


Deputado JÚLIO CÉSAR - PRB

Deputada LILIANE RORIZ - PRTB


Deputado LIRA - PHS



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO**



Deputada LUZIA DE PAULA - PEN


Deputado PROF. ISRAEL - PV

> SETAS - 000107 <


Deputado PROF. REGINALDO VERAS - PDT

Deputado RAFAEL PRUDENTE - PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB


Deputado RENATO ANDRADE - PR

Deputado RICARDO VALE - PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS - PMDB


Deputada SANDRA FARAJ - SD


Deputada TELMA RUFINO - PPL

Deputado WASNY DE ROURE - PT

Deputado WELLINGTON LUIZ - PMDB

> SETAS - 000108 <

ATA DE CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Em 25 de Março de 2015, às 10h, reuniram-se no Gabinete 04, os Senhores e Senhoras Deputados (as) Distritais que subscrevem esta ata e revolvem criar a FRENTE PARLAMENTAR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, com o objetivo de estimular o amplo debate sobre a Indústria da Comunicação, que envolve a contribuição, dada à sociedade, por agências de publicidade, fornecedores, veículos impressos ou eletrônicos e anunciantes. Pretende-se também desenvolver ações a serem desenvolvidas, tais como: o estudo e a defesa de política de investimentos públicos e privados, a promoção e incentivo de estudos, debates, cursos e seminários, e a promoção do aperfeiçoamento da publicidade governamental, quanto á técnica, criatividade e ética. Definiu-se por consenso que a representação da Frente Parlamentar, será exercida pelo Deputado Rodrigo Delmasso líder do Bloco Parlamentar Amor por Brasília. A Frente Parlamentar será coordenada pelo servidor que oportunamente encaminharemos o nome e a matrícula, dentro de suas atribuições regimentais.


Deputado RODRIGO DELMASSO - PTN**Deputado AGACIEL MAIA - PTC****Deputada CELINA LEÃO - PDT****Deputado CHICO LEITE - PT****Deputado CHICO VIGILANTE - PT****Deputado CRISTIANO ARAÚJO - PTB****Deputado DR. MICHEL - PP**
Deputado JOE VALLE - PDT**Deputado JUAREZÃO - PRTB****Deputado JULIO CÉSAR - PRB**


> SETAS - 000109 <

Deputada LILIANE RORIZ - PRTB



Deputado LIRA - PHS

Deputada LUZIA DE PAULA - PEN



Deputado PROF. ISRAEL - PV



Deputado PROF. REGINALDO VERAS - PDT

Deputado RAFAEL PRUDENTE - PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB



Deputado RENATO ANDRADE - PR

Deputado RICARDO VALE - PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS - PMDB



Deputada SANDRA FARAJ - SD



Deputada TELMA RUFINO - PPL

Deputado WASNY DE ROURE - PT

Deputado WELLINGTON LUIZ - PMDB

SETAS - 000110 <

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 1º A Frente Parlamentar da Comunicação Social, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por deputados distritais, é pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar, que tem sede e foro no Distrito Federal, é de natureza não-governamental e funcionará até o final da 7ª Legislatura, regendo conforme a legislação pertinente e por este Estatuto.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar da Comunicação Social:

I - acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;

II – promover o intercâmbio com entes assemelhados de assembleias de outros Estados visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação;

III – procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões permanentes existentes na Câmara Legislativa do Distrito Federal, segundo seus objetivos;

IV – trabalhar para aumentar a efetividade das políticas, programas e mecanismos existentes e, quando necessário, desenvolver ou sugerir a adoção de estudo e defesa de política de investimentos públicos e privados;

V – articular com os órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Ministério Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com as entidades empresariais, não-governamentais e do Terceiro Setor, tendo em vista acompanhar e incentivar a adoção de políticas e ações a promoção e incentivo de estudos, debates, cursos e seminários, e a promoção do aperfeiçoamento da publicidade governamental, quanto á técnica, criatividade e ética;

VI – informar e divulgar informações sobre fontes de fomento, financiamento e outras formas de apoio a projetos relacionados à promoção, difusão, proteção e manutenção do objeto da Frente Parlamentar;

> SETAS - 000110 <



1



VII – sugerir, incentivar e promover, onde e quando couber:

- a)** a produção de material didático, comunicacional e promocional alusivo ao tema da Frente Parlamentar;
- b)** a criação e o desenvolvimento de formas de gestão coletiva e de articulação entre o poder público e agente social.

VIII – zelar pelo cumprimento da legislação que visa a proteger, promover e difundir a comunicação social.

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar da Comunicação Social:

I – como membros fundadores os deputados que, integrantes da 7ª Legislatura, já subscreveram o Termo de Adesão ou que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto, vierem a se inscrever;

II – como membros efetivos os deputados que subscreveram o Termo de Adesão em data posterior à fixada no inciso anterior.

Art. 4º São órgãos da direção da Frente Parlamentar da Comunicação Social:

I – a Assembleia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

II – a Mesa Diretora, integrada por Presidente, Vice-Presidente, e 3 (três) Secretários.

Art. 5º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Mesa Diretora, pela maioria dos membros da Mesa ou pela expressiva manifestação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos.

Parágrafo único. A Assembleia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos, e em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Assembleia Geral:

I – aprovar, modificar ou revogar total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar da Comunicação Social; e

> SETAS - 000111 <



2



II – aprovar, modificar ou revogar total ou parcialmente, o Regimento Interno elaborado pela Mesa Diretora;

III – eleger, reeleger e empossar os membros da Mesa Diretora, para o mandato de dois anos;

IV – examinar e referendar os atos praticados pela Mesa Diretora, aprovando seus relatórios e pareceres;

V – apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos;

VI – zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente Parlamentar.

Art. 7º A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante divulgação nos serviços de som da Câmara Legislativa, sem prejuízo da divulgação no Diário da Câmara Legislativa – DCL.

Art. 8º Compete à Mesa Diretora:

I – organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar da Comunicação Social;

II – atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas, e requisitar apoio logístico e de pessoal à Câmara Legislativa do Distrito Federal;

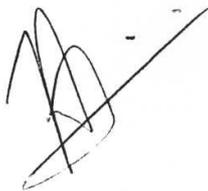
III – ouvir e aprovar atas, relatórios e pareceres, submetendo estes últimos à homologação da Assembleia Geral;

IV – manter contato com a Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal e com as Lideranças Partidárias e Blocos Parlamentares visando ao acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas governamentais, realizando o mesmo empenho junto a órgãos dos demais poderes;

V – praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente Parlamentar;

VI – elaborar um Regimento Interno que defina e interprete o presente Estatuto e estabeleça as normas necessárias ao atendimento das finalidades da Frente Parlamentar, submetendo-o à aprovação da Assembleia Geral, desde que o assunto conste da ordem do dia previamente distribuída;

> SETAS - 000112 <



3



VII – exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente Parlamentar, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 9º Os cargos de direção da Frente Parlamentar da Comunicação Social serão preenchidos por deputados que estejam no exercício de seu mandato, admite inclusive a participação de suplentes que tenham assumido o mandato, desde que sejam membros fundadores ou efetivos da Frente.

Art. 10. É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar da Comunicação Social usufruir ou perceber qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, permitindo o reembolso de despesas comprovadamente feitas em decorrência de missões específicas, havendo disponibilidade financeira.

Art. 11. A Frente Parlamentar da Comunicação Social terá um Regimento Interno, subsidiário do presente Estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influem na aceitação ou no desligamento de seus membros da destituição de seus diretores.

Parágrafo único. O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar presentes à Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 12. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral de fundação da Frente Parlamentar da Comunicação Social e, quando também se dará a eleição e posse da primeira diretoria.

Brasília 25 de Março de 2015.


Deputado RODRIGO DELMASSO - PTN


Deputado AGACIEL MAIA - PTC

> SETAS - 000114 <

Deputada **CELINA LEÃO – PDT**

Deputado **CHICO LEITE – PT**

Deputado **CHICO VIGILANTE – PT**

Deputado **CRISTIANO ARAÚJO – PTB**

Deputado **DR. MICHEL – PP**

Deputado **JOE VALLE – PDT**

Deputado **JUAREZÃO – PRTB**

Deputado **JÚLIO CÉSAR – PRB**

Deputada **LILIANE RORIZ - PRTB**

Deputado **LIRA – PHS**

Deputada **LUZIA DE PAULA - PEN**

Deputado **PROF. ISRAEL – PV**

Deputado **PROF. REGINALDO VERAS - PDT**

Deputado **RAFAEL PRUDENTE – PMDB**

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB**

Deputado **RENATO ANDRADE – PR**

Deputado **RICARDO VALE – PT**

Deputado **ROBÉRIO NEGREIROS - PMDB**

Deputada **SANDRA FARAJ – SD**

Deputada **TELMA RUFINO - PPL**

Deputado **WASNY DE ROURE - PT**

Deputado **WELLINGTON LUIZ - PMDB**



> SETAS - 000115 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



L I D O
Em 31.3.15
[Handwritten signature]

REQUERIMENTO N.º RQ 420 /2015

(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

"Requer o registro da criação da Frente Parlamentar de Combate à Violência contra a Mulher".

À EGRÉGIA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

[Handwritten mark]

Requeiro o registro da criação da **"FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER"**.

[Handwritten mark]

JUSTIFICAÇÃO

[Handwritten signature]

O objetivo da criação da presente Frente Parlamentar é trabalhar em conjunto para prover os necessários apoios que se mostrarem eficazes, incentivando, cada vez mais, o respeito e efetiva aplicabilidade aos seus direitos.

[Handwritten signature]
1

26.3.15
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



> SETAS - 000116 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



O combate à violência contra a mulher no Distrito Federal merecem o mais amplo respeito na fila dos investimentos aplicados tanto pelo Governo do Distrito Federal, dando-se o devido incentivo a políticas públicas e a procedimentos legislativos protetores da matéria.

Portanto, dando-se o necessário incentivo com a criação da **Frente Parlamentar de Combate à Violência contra a Mulher**, dar-se-á a merecida notoriedade e relevância à matéria.

A Frente Parlamentar é aberta à participação de todos os parlamentares que desejem contribuir com ações em prol do tema ora proposto.

Sala das Sessões, em ____ de março de 2015

DEPUTADO JULIO CESAR - PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PTC

Deputado Prof. ISRAEL
PV

Deputado RENATO ANDRADE
PR

Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT

Deputada CELINA LEÃO
PSD

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

Deputado CHICO LEITE
PT

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PSDB

Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado RICARDO VALLE
PT



> SETAS - 000117 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PTB

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB

Deputado DR. MICHEL
PP

Deputado RODRIGO DELMASSO
PTN

Deputada JOE VALE
PSB

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputado JUAREZÃO
PRTB

Deputado TELMA RUFINO
PPL

Deputada LILIANE RORIZ
PRTB

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado LIRA
PHS

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB

Deputado LUZIA DE PAULA
PEN



> SETAS - 000118 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



**ATA DE CONSTITUIÇÃO DA
FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE
À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Às 14 horas do dia 25 de março de 2015 no Gabinete nº 10 da Câmara Legislativa do Distrito Federal, do Deputado Distrital JULIO CESAR, foi realizada reunião, por iniciativa do referido Deputado, com a finalidade de fundação e constituição para a criação da **Frente Parlamentar de Combate à Violência contra a Mulher**, com fulcro na Resolução nº 255, de 2012, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Estiveram presentes na Reunião oito Deputados, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com os Senhores Parlamentares, foi aprovada a fundação e constituição da Frente Parlamentar, com o objetivo de acompanhar proposições e outras atividades legislativas da Câmara Distrital que tratam de questões relacionadas ao **Combate à Violência contra a Mulher** em nível distrital, estadual, nacional e internacional. Em acordo com os demais membros, o Deputado JULIO CESAR deu início ao processo de eleição para Presidente e Vice-Presidente da Frente Parlamentar. Foi apresentada chapa única com o Deputado **JULIO CESAR** para ocupar a **Presidência** e os Deputados _____ e _____ para **Vice-Presidente** e **1º Secretário**, respectivamente. O Deputado JULIO CESAR informou aos presentes que a Chapa Única foi eleita por unanimidade, com 08 (oito) votos.

JULIO CESAR
Deputado Distrital-PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PTC

Deputado Prof. ISRAEL
PV

Deputado BISPO RENATO ANDRADE
PR

Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT

Deputada CELINA LEÃO
PSD

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

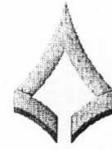
Deputado CHICO LEITE
PT

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PSDB



> SETAS - 000119 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado RICARDO VALLE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PTB

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB

Deputado DR. MICHEL
PP

Deputado RODRÍGO DELMASSO
PTN

Deputada JOE VALE
PSB

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputado JUAREZÃO
PRTB

Deputado TELMA RUFINO
PPL

Deputada LILIANE RORIZ
PRTB

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado LIRA
PHS

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB

Deputado LUZIA DE PAULA
PEN



> SETAS - 000120 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



**ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1º. A **Frente Parlamentar de Combate à Violência contra a Mulher** é uma associação suprapartidária, composta por pelo menos um terço dos membros do Poder Legislativo local e tem como objetivo precípuo atuar em prol correta atuação do **Combate à Violência contra a Mulher** em nível distrital, estadual, nacional e internacional, acompanhando as proposições e outras atividades legislativas da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Parágrafo único. A **Frente Parlamentar** é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, extinguindo-se ao final da legislatura.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 2º - São finalidades da **Frente Parlamentar de Combate à Violência contra a Mulher**:

I – Propor audiências públicas para discutir temas relevantes para o **Combate à Violência contra a Mulher**;

II – Realizar solenidades, seminários, conferências, simpósios, workshops e outros eventos relacionados ao exame de sua temática, bem como a divulgação de seus resultados, com a participação direta da sociedade civil, estudantes e professores, visando à conscientização e formação de opinião a respeito dos temas relacionados às atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar do **Combate à Violência contra a Mulher**;

III – Promover o relacionamento institucional com órgãos do âmbito Distrital e Federal;

IV – Fiscalizar, incentivar e sugerir, no âmbito do Distrito Federal, políticas públicas para a garantia da implementação de um sistema organizado de assistência ao **Combate à Violência contra a Mulher**.

V – Incentivar e sugerir ao Poder Executivo a criação de cargos técnicos, bem como a realização de concursos públicos para o exercício de funções pertinentes aos profissionais dos órgãos gestores dos direitos e garantias das entidades do **Combate à Violência contra a Mulher**.

VI – Atuar na implementação eficiente de programas e projetos relacionados ao **Combate à Violência contra a Mulher**;

VII - Elaborar estudos e promover ações parlamentares que visem ao efetivo cumprimento do **Combate à Violência contra a Mulher**;

VIII – Realizar a celebração de datas comemorativas constantes do calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

IX – Lutar pela aprovação das proposições legislativas que aperfeiçoem a legislação relacionada às atividades da Frente Parlamentar do **Combate à Violência contra a Mulher**, asseguradas as emendas que se fizerem necessárias nos textos em discussão em nível Distrital.

8

3



> SETAS - 000121 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



X – Propugnar pela máxima cooperação entre Governo do Distrito Federal e **Combate à Violência contra a Mulher**.

XI – Acompanhar a concepção e o trâmite dos projetos referentes ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, de forma a assegurar a alocação de recursos orçamentários para ações voltadas a garantir o incentivo ao programas a cargo do Poder Executivo Local, para o **Combate à Violência contra a Mulher**.

XII – Rechaçar e denunciar qualquer tentativa de impor retrocessos à legislação que impeça o progresso do **Combate à Violência contra a Mulher** no Distrito Federal.

XIII – Incentivar e sugerir ao Poder Executivo a criação de programas e políticas públicas relacionadas às mulheres, em relação à: saúde, violência, participação com poder de decisão, desenvolvimento sustentável rural e urbano.

CAPÍTULO III - DOS MEMBROS

Art. 3º - Integram a Frente Parlamentar do **Combate à Violência contra a Mulher** os Deputados Distritais integrantes da atual Legislatura, e que subscreveram o registro da Frente, bem como, os que a aderirem em data posterior.

Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º - A Frente Parlamentar do **Combate à Violência contra a Mulher** será administrada pelos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Conselho Executivo;

CAPÍTULO V – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 5º - A Assembléia Geral é órgão máximo e soberano da vontade social e será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 6º - Compete à Assembléia-Geral:

- I – eleger ou destituir os integrantes do Conselho Executivo;
- II – aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivo;
- III – estabelecer as diretrizes políticas da atuação da Frente;
- IV – supervisionar a atuação do Conselho Executivo;
- V – promover as alterações necessárias a este Estatuto.

Parágrafo Único. As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Frente, em primeira chamada, e por maioria simples dos votantes, presentes dez por cento de seus membros, na hipótese de segunda chamada.

Art. 7º - A Assembléia Geral aprovará normas específicas regulando:

- I – as eleições periódicas para os cargos do Conselho Executivo;
- II – o ingresso de novos filiados;
- III – a desfiliação voluntária ou compulsória.

8



> SETAS - 000122 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



CAPÍTULO VI – DO CONSELHO EXECUTIVO

Art. 8º - O Conselho Executivo será constituído por:

- a) 1 (um) Presidente;
- b) 1 (um) Vice-Presidente;
- c) 1 (um) Secretário-Geral;

Parágrafo Único. O mandato dos membros do Conselho Executivo será de 1 (um) ano, com direito a reeleições.

Art. 9º- Compete ao Conselho Executivo:

- I – implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembléia-Geral;
- II – tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente;
- III – elaborar relatórios sobre a atuação da Frente;
- IV – convocar a Assembléia-Geral.

§ 1º São atribuições do Presidente:

- I – representar a Frente perante as Casas Legislativas;
- II – representar a Frente junto a entidades públicas e privadas;
- III – convocar as reuniões do Conselho Executivo;
- IV – presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembléia-Geral.

§ 2º São atribuições do Vice-Presidente auxiliar o Presidente e substituí-lo em casos de impedimento ou ausência.

§ 3º São atribuições do Secretário-Geral:

- I – planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo;
- II – tomar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - A Frente será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembléia-Geral.

Art. 11 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

Art. 12 - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar do **Combate à Violência contra a Mulher**.
Brasília-DF, 25 de março de 2015.

JULIO CESAR
Deputado Distrital PAB

Deputado AGACIEL MAIA
PTC

Deputado Prof. ISRAEL
PV

Deputado RENATO ANDRADE
PR

Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT



> SETAS - 000123 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar




Deputada CELINA LEÃO
PSD

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

Deputado CHICO LEITE
PT

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PSDB

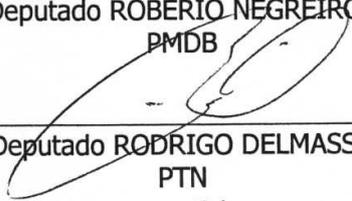
Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado RICARDO VALLE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PTB

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB

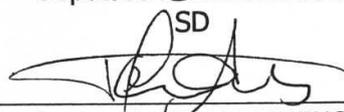
Deputado DR. MICHEL
PP


Deputado RODRIGO DELMASSO
PTN

Deputada JOE VALE
PSB

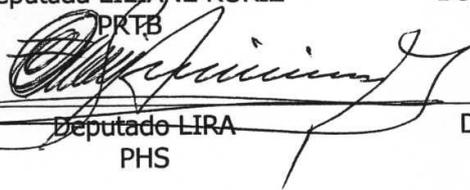
Deputada SANDRA FARAJ
SD


Deputado JUAREZÃO
PRTB


Deputado TELMA RUFINO
PPL

Deputada LILIANE RORIZ
PRTB

Deputado WASNY DE ROURE
PT


Deputado LIRA
PHS

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB


Deputado LUZIA DE PAULA
PEN



> SETAS - 000124 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



**LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO PARA FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO
DA FRENTE PARLAMENTAR DO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER, EM 25 DE MARÇO DE 2015, NO GABINETE Nº 10 DA CÂMARA
LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, DO DEPUTADO DISTRITAL
JULIO CESAR**

JULIO CESAR
Deputado Distrital PRB

Deputado AGACIEL MAIA
PTC

Deputado Prof. ISRAEL
PV

Deputado RENATO ANDRADE
PR


Deputado Prof. REGINALDO VERAS
PDT


Deputada CELINA LEÃO
PSD

Deputado RAFAEL PRUDENTE
PMDB

Deputado CHICO LEITE
PT

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO
PSDB

Deputado CHICO VIGILANTE
PT

Deputado RICARDO VALLE
PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO
PTB

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB

Deputado DR. MICHEL
PP


Deputado RODRIGO DELMASSO
PTN



> SETAS - 000125 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Julio Cesar



Deputada JOE VALE
PSB

Deputada SANDRA FARAJ
SD

Deputado JUAREZÃO
PRTB

Deputado TELMA RUFINO
PPL

Deputada LILIANE RORIZ
PRTB

Deputado WASNY DE ROURE
PT

Deputado LIRA
PHS

Deputado WELLINGTON LUIZ
PMDB

Deputado LUZIA DE PAULA
PEN



> SETAS - 000126 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Cristiano AraújoL I D O
31 3,15

RQ 421 /2015

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Cristiano Araújo)**Requer o encaminhamento de solicitação de informação à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.****Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal o plano de distribuição dos bens a serem adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 04/2015 por instituição de ensino e/ou unidade administrativa.

JUSTIFICAÇÃO

No exercício do mandato parlamentar, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete aos Deputados Distritais exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações, autarquias e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de conhecer maiores detalhes sobre o Pregão Eletrônico nº 04/2015.

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Educação do DF preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

CRISTIANO ARAÚJO
Deputado Distrital

EDN

AP 57 30/04/2015 14:39
11928



> SETAS - 000127 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Cristiano Araújo



RQ 422 /2015

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Cristiano Araújo)

Requer o encaminhamento de solicitação de informação à Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 40, combinado com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada à Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal cópia, de inteiro teor, do processo nº 414.000.516/2015.

JUSTIFICAÇÃO

No exercício do mandato parlamentar, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete aos Deputados Distritais exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações, autarquias e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de conhecer maiores detalhes sobre a concessão de código de consignação em favor do Inova Clínica de Odontológica Estética Eireli - ME.

Em vista disso, é importante que a SEGAD do DF preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

CRISTIANO ARAÚJO
Deputado Distrital

EDN

APL EDN 30 Mar 2015 14:38
11928
Edna



Câmara Legislativa do Distrito Federal

L I D O
31/3/15
Assessoria de Plenário

Deputado Distrital JOE VALLE - PDT

REQUERIMENTO Nº RQ 423 /2015
(Do. Deputados Joe Valle)

**Requer a retirada de tramitação
do Requerimento nº 473, de 2011.**

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO
FEDERAL:

Nos termos do artigo 136 do Regimento Interno, requeremos a retirada de
tramitação do Requerimento nº 473, de 2011, de minha autoria.

JUSTIFICAÇÃO

A retirada de tramitação do Requerimento em questão faz-se necessária
por se tratar de matéria contida na Lei nº 5.225, de 29 de novembro de 2013.

Nesse sentido, conclamo os nobres pares para a aprovação deste
requerimento.

Sala das Sessões, em de 2015.


Deputado JOE VALLE
PDT

SECRETARIA DE
819335



> SETAS - 000129 <

1

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**LEI Nº 5.225, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013**

(Autoria do Projeto: Deputados Eliana Pedrosa e Joe Valle)

Dispõe sobre a Política para Tratamento de Doenças Raras no Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal promulga, nos termos do § 6º de art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, a seguinte Lei, oriunda de Projeto vetado pelo Governador do Distrito Federal e mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Art. 1º Esta Lei institui a Política para Tratamento de Doenças Raras no Distrito Federal.

Art. 2º Entende-se por doença rara a que afeta um número limitado de pessoas, dentre a população total, definido como menos de um em cada dois mil indivíduos da população.

Parágrafo único. O tratamento dessas doenças, na maioria dos casos de origem genética, frequentemente crônicas, debilitantes no longo prazo e potencialmente fatais, deve ser multidisciplinar.

Art. 3º Cabe ao Poder Executivo oferecer serviços de saúde especializados às pessoas com doenças raras, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada por meio do Decreto federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Art. 4º A Política para Tratamento de Doenças Raras, no âmbito do Distrito Federal, deve ser executada preferencialmente em Centros de Referência em Doenças Raras, devidamente cadastrados no Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo único. Na ausência ou insuficiência de Centros de Referência em Doenças Raras, o Poder Executivo pode criar os centros a que se refere o *caput*, ou firmar convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais ou com instituições, com vistas à oferta dos serviços.

Art. 5º Os Centros de Referência em Doenças Raras têm como objetivo:

I – prestar assistência médica, de reabilitação e farmacêutica plena aos usuários do SUS;

II – diagnosticar e mapear doenças raras e promover a efetividade do seu tratamento;

III – promover o uso responsável e racional de medicamentos de dispensação excepcional fornecidos pelo órgão gestor de saúde;

IV – proceder à avaliação, ao acompanhamento e, quando for o caso, à administração de medicamentos aos pacientes;

V – prescrever, avaliar, adequar, acompanhar a dispensação de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção e dispositivos médicos;

d



> SETAS - 000130 <

2

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

VI – encaminhar o paciente para internação, com prescrição médica, em leito de reabilitação em hospital geral ou especializado cadastrado no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde – SIH/SUS;

VII – prover diagnóstico e intervenção precoce para minimizar as deficiências adicionais;

VIII – promover a troca de experiências entre os profissionais das diferentes áreas de saúde por meio de cursos técnicos, palestras, *workshops* e outros eventos destinados a esse fim no âmbito nacional e internacional, principalmente com os países pertencentes ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL;

IX – promover ações de pesquisa, campanhas, convênios e todas aquelas que favoreçam o posicionamento do órgão gestor de saúde do Distrito Federal como referência na temática sobre doenças raras no cenário brasileiro e exterior;

X – promover ações de integração com outros estados brasileiros e países do MERCOSUL para troca de experiências e informações necessárias para o perfeito atendimento aos pacientes com doenças raras;

XI – criar base de informações de atendimento aos pacientes com doenças raras;

XII – encaminhar os pacientes com doenças específicas para os centros de atendimento cadastrados de que trata o inciso VI, quando não for possível o atendimento pela rede hospitalar do Distrito Federal.

Parágrafo único. Entende-se por hospital geral ou especializado o hospital que possui condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos especializados para a realização dos procedimentos clínicos, cirúrgicos e diagnósticos necessários para potencializar as ações de reabilitação e atendimento integral à pessoa com doença rara.

Art. 6º A atuação dos Centros de Referência em Doenças Raras deve seguir os princípios da Medicina Baseada em Evidências e os protocolos do Ministério da Saúde para as doenças raras identificadas.

Parágrafo único. Na ausência dos protocolos referidos no *caput*, cabe ao Centro de Referência apresentar ao Ministério da Saúde sugestão de protocolos, com base na revisão criteriosa da literatura e na melhor evidência científica disponível, seguindo as diretrizes estabelecidas em normas específicas do Ministério da Saúde.

Art. 7º O Centro de Referência em Doenças Raras é composto por:

I – corpo médico, com títulos de especialização em ortopedia, endocrinologia, reumatologia, pediatria, clínica médica, neurologia e genética, reconhecidos pela respectiva Sociedade ou com Residência Médica reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

II – equipe multidisciplinar composta por nutricionista, enfermeiro, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, fisiatra, farmacêutico, psicólogo, terapeuta ocupacional, pedagogo, cientista social, assistente social e dentista;

↓



> SETAS - 000131 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3

III – médico dirigente com especialização em uma das seguintes áreas: ortopedia, endocrinologia, reumatologia, clínica médica, pediatria, neurologia ou genética, reconhecida pela respectiva Sociedade ou com Residência Médica reconhecida pelo MEC.

Parágrafo único. O médico dirigente deve, independentemente da sua formação, ter experiência profissional em tratamento de alguma doença considerada rara.

Art. 8º Integram os Centros de Referência o serviço de reabilitação física, o serviço de referência em medicina física e reabilitação, os serviços de maior nível de complexidade e leitos para uso ambulatorial e internação.

§ 1º Entende-se por serviço de reabilitação física a unidade ambulatorial devidamente cadastrada no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA/SUS que disponha de instalações físicas apropriadas, equipamentos básicos para reabilitação e recursos humanos com especialização, formação e capacitação na área de reabilitação, para o atendimento a pacientes com doenças raras que requerem cuidados de reabilitação.

§ 2º Constitui um serviço de referência em medicina física e reabilitação a unidade ambulatorial devidamente cadastrada no SIA/SUS que disponha de serviços especializados para diagnóstico, avaliação e tratamento de pessoas com doenças raras.

§ 3º Caracterizam-se como serviço de maior nível de complexidade as instalações físicas adequadas para o atendimento de pacientes que demandem cuidados intensivos de reabilitação física, com equipe multiprofissional e multidisciplinar especializada.

Art. 9º A abertura de cada Centro de Referência em Doenças Raras deve seguir as diretrizes e os princípios do SUS.

Art. 10. O órgão gestor de saúde deve disponibilizar os recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento dos Centros de Referência em Doenças Raras.

Art. 11. Os equipamentos existentes no Distrito Federal podem ser adaptados para o cumprimento desta Lei.

Art. 12. O Poder Executivo pode realizar convênios com empresas privadas para a melhoria das instalações e para a consecução dos objetivos desta Lei.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correm por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, contados de sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 2013

✂



> SETAS - 000132 <

4

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO WASNY DE ROURE
Presidente

Este texto não substitui o publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, de 6/12/2013.



> SETAS - 000133 <

L I D O
Em 31/3/15
ACRÉDITO Nº 19/2015**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Deputado Rafael Prudente

RQ 424 /2015

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Rafael Prudente)**Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.**

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Educação, informação e encaminhamento do cronograma das construções, para os próximos 04 anos, das escolas de ensino fundamental, médio e, também, abertura de novas creches ou convênios e credenciamentos de creches no âmbito dessa secretaria de estado e, também, se existe projeto no sentido de aproveitar esses espaços para cursos técnicos.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O presente pedido de informação se fundamenta no grande número de pedidos que recebo no meu gabinete, de Administradores e diretores regionais para que se aumente o número de vagas em escolas tanto de ensino médio, quanto fundamental, alcançando, também, as creches.

Esta solicitação já foi objeto de indicações de minha autoria e aprovadas por esta augusta Casa de Leis.

Portanto, é importante ter conhecimento do cronograma elaborado pela Secretaria de Educação, de construções, nos próximos 04 anos, de escolas de ensino fundamental e médio e, também, das construções de creches e os convênios e credenciamentos das mesmas. De outro giro, é essencial ter conhecimento se o governo tem algum projeto no sentido de aproveitar esses espaços para implementar cursos técnicos que não necessitam de maiores investimentos e que dão dignidade à nossa população, principalmente aos jovens.

Como já dito em outra oportunidade, com singelos e efetivos gestos é possível realizar projetos de impacto na sociedade como o Coral e Orquestra Meninos de Itapuã, que existe desde 2006 e, durante todo esse período, patrocinou 250 crianças e forneceu flautas, violinos, teclados e baterias e o

APLTD 23mar2015 12:34

Edley 12/19/15



> SETAS - 000134 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente

resultado é visível, com crianças, sem perspectiva, deixando as drogas e hoje são alunos da UnB. Uma revolução, sem dúvida!

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Educação preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

ct



> SETAS - 000135 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
*Gabinete do Deputado Rafael Prudente*L I D O
Em 31/3/15

RQ 425 /2015

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Rafael Prudente)**Requer o encaminhamento de
solicitação de informação ao
Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.**

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitado ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM cópia inteiro teor do processo 391.000.651/2009, bem como as justificativas para o arquivamento do mesmo.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da legalidade do arquivamento do processo 391.000.651/2009, que trata da pavimentação da estrada de ligação do bairro denominado Setor Habitacional Taquari à DF – 005 (EPPR).

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em

RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

APL 31/03/2015 12:36

Rafael Prudente

ct



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Dis...

o - PDT

REQUERIMENTO RQ 426 /2015
(Da Deputada CELINA LEÃO)

L I D O
 Em, 31/3/15
 Assessoria de Plenário

> SETAS - 000136 <

Requer a realização de Audiência Pública, no Plenário desta Casa, a realizar-se no dia 6 de abril de 2015, às 14 horas, para debater sobre os desafios e perspectivas do Programa de Terapia Nutrição Enteral Domiciliar (PTNED) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro nos termos do art. 85, 239, 240 e 241, do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública, no Plenário desta Casa, a realizar-se no dia 6 de abril de 2015, às 14 horas, para debater sobre os desafios e perspectivas do Programa de Terapia Nutrição Enteral Domiciliar (PTNED) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

O requerimento ora proposto tem como objetivo discutir sobre a execução do programa de terapia de nutrição enteral domiciliar – PTNED.

Trata-se de um programa para fornecimento de fórmulas para fins especiais para uso em domicílio, por meio de requisição padronizada ao paciente que recebe alta hospitalar ou atendimento na Unidade Básica de Saúde. Este programa é regulamentado pela Portaria SES DF nº 94 de 2009 e é coordenado

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
 Recebi em 31/3/15 às 13h
 Assinatura _____ Matrícula _____

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PDT

pela gerência de nutrição GENUT, a qual disponibiliza cerca de 45 tipos de fórmulas nutricionais distintas para adequação nutricional dos pacientes atendidos.

A Nutrição Enteral ou NE é definida pelo Ministério da Saúde como qualquer "alimento para fins especiais, com ingestão controlada de nutrientes, na forma isolada ou combinada, de composição definida ou estimada, especialmente formulada e elaborada para uso por sondas ou via oral, industrializado ou não, utilizada exclusiva ou parcialmente para substituir ou complementar a alimentação oral em pacientes desnutridos ou não, conforme suas necessidades nutricionais, em regime hospitalar, ambulatorial ou domiciliar, visando a síntese ou manutenção dos tecidos, órgãos ou sistemas".

Quando a alimentação pela boca é insuficiente ou impossível de ser realizada, as necessidades nutricionais podem ser satisfeitas através da nutrição enteral, ou seja, é uma alternativa para a ingestão de alimentos e pode ser feita através de uma sonda posicionada ou implantada no estômago, no duodeno ou no jejuno. Os alimentos estão na forma líquida ou em pó e contêm o mesmo valor nutricional (proteínas, gorduras, carboidratos, vitaminas e minerais) que uma alimentação normal e equilibrada.

A terapia de nutrição enteral é um conjunto de procedimentos terapêuticos empregados para manutenção ou recuperação do estado nutricional utilizado para melhor atender às necessidades nutricionais dos pacientes.

A terapia nutricional deve ser supervisionada por uma equipe de profissionais com conhecimentos e treinamento adequados para identificar e controlar possíveis complicações. Devem ser estabelecidas diretrizes e boas práticas de indicação, prescrição, preparo e administração da terapia nutricional para prevenir e evitar possíveis complicações relacionadas a ela.

> SETAS - 000137 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PDT

As opções de alimentação enteral incluem alimentação artesanal feita a partir de uma mistura de alimentos convencionais homogeneizados para forma líquida e dietas industrializadas formuladas sob condições controladas a partir de fontes de alimentos e nutrientes, para proporcionar uma nutrição completa e balanceada.

Tendo em mente que a segurança dos alimentos e uma nutrição saudável são pré-requisitos para uma boa saúde, a equipe multidisciplinar de terapia nutricional deverá definir e avaliar as questões envolvidas na seleção de dietas enterais ideais para os seus pacientes.

Diante disso, propomos a realização desta Audiência Pública, para juntamente com as autoridades e os interessados, possamos debater sobre a execução do programa de terapia de nutrição enteral domiciliar, em busca de melhorias para a saúde da população do Distrito Federal.

Sala das Comissões, em de de 2015.


Deputada **CELINA LEÃO**



> SETAS - 000138 <

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
31 03 2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 23ª
(VIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 31 DE MARÇO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Registro as seguintes presenças: Deputado Wasny de Roure, Deputado Wellington Luiz, Deputada Liliane Roriz, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Leite e Deputado Rafael Prudente.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta tribuna no dia de hoje, terça-

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

feira, dia 31, para falar de um assunto realmente grave. Eu quero falar do caos que se estabeleceu na saúde no Distrito Federal.

Eu tenho aqui em mãos, Deputado Wellington Luiz, uma relação que funcionários dos hospitais, dos postos de saúde e das UPAs me mandaram. Por exemplo, no dia de hoje, estão faltando roupas em todos os hospitais, nas UPAs e nos postos de saúde. Está faltando, entre outros que eu citei, Voltaren, Tenoxicam, Sulfadiazina – que é um remédio que não custa nem dez centavos –, Furosemida, Losartana, Metionina – que é aquele para diabetes; eu sou diabético, por exemplo –, lençóis – nem lençóis há –, campo para preparar materiais e bandejas, Paracetamol, Ibuprofeno, Sulfato de Glucosamina, fita para glicemia – nem fita para medir a glicemia há. Pasmem, Sras. e Srs. Deputados, não há nem Buscopan.

Eu tenho aqui uma relação, Deputado Julio Cesar. V.Exa. é Líder do Governo, e posso dizer para V.Exa. que essa turma da Secretaria de Saúde envergonha o Distrito Federal, porque o secretário é um incompetente. Está faltando tudo para fazer exames. Tenho uma relação aqui, depois eu vou passar cópia para V.Exa. Se eu sou o Governador Rodrigo Rollemberg, eu demito imediatamente esse secretário.

Um *kit* para exame, Deputado Julio Cesar, custa R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos). Está faltando tudo para fazer exames. Conversei com uma médica há pouco. Se um paciente, qualquer cidadão do Distrito Federal, passar mal, neste momento, com suspeita de infarto, Deputado Wasny de Roure, e chegar a uma UPA ou a um posto de saúde, eles não terão como diagnosticar porque não têm o contraste para fazer o exame. Está faltando uma coisa que eu não sabia o que é, um produto que tem um nome estranho, que na verdade é Qboa. Nem isso há para trabalharem nos postos de saúde, nos laboratórios.

Na verdade, quando a Dra. Marília saiu da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Deputado Julio Cesar, só faltavam quarenta itens. Hoje estão faltando mais de quinhentos itens na rede pública de saúde do Distrito Federal, porque foram incapazes de comprar. O dinheiro está lá, liberado pelo Fundo de Saúde – dinheiro do Ministério da Saúde –, mas esse secretário que está aí não compra.

É mais grave a situação. Eu estou aqui com esta lista enorme de produtos que estão faltando nos laboratórios. Um *kit* para fazer um exame num laboratório da rede pública custa dois e cinquenta. Aí vem a gravidade do assunto: eles estão querendo, agora, terceirizar por quatro e cinquenta. Em vez de pagar dois e cinquenta, que é o valor que se paga na rede pública, vão deixar os laboratórios sucateados, os servidores remunerados sem fazer absolutamente nada, para terceirizar. Essa é uma atitude criminosas.

Eu pergunto: onde está o Ministério Público que cuida da área da saúde? Cadê o promotor Bisol, tão diligente nas outras gestões? Por que ele não fala nada?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	
					3

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Enquanto V.Exa. falava, eu estava aqui observando algo. Deputado Julio Cesar, nós, neste trimestre deste ano, de acordo com a legislação que estabelece o coeficiente para a área da saúde, deveríamos ter gastado, no mínimo, R\$277.566.644,51 (duzentos e setenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos). As despesas do Distrito Federal somam R\$206.031.320,00 (duzentos e seis milhões, trinta e um mil, trezentos e vinte reais). Portanto, o investimento aplicado na área da saúde apresenta um déficit igual a R\$71.529.323,60 (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e vinte e três reais e sessenta centavos) – entre o valor mínimo e o efetivamente investido. Isso é o que diz o relatório divulgado na última sexta-feira pelo Governo do Distrito Federal. Assim é que não se atingiram os limites mínimos de gastos previstos com saúde, ou seja, nós temos um excedente não utilizado de quase 72 milhões de reais.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – O mais grave, Deputado Wasny de Roure, é que o dinheiro está em caixa. O Ministério da Saúde repassou os recursos. Talvez a população não saiba: são 30 milhões por mês repassados pelo Fundo de Saúde só para compras emergenciais, para contratação de UTI em caso emergencial. Por que o dinheiro está parado? Porque o secretário que está lá hoje, que não tem nenhuma aptidão para o cargo, prefere ficar brigando – entre eles – a atender a saúde pública no Distrito Federal.

Para concluir, o Governador Rodrigo Rollemberg, na campanha, dizia que o problema não era dinheiro, era gestão. E eu digo, Governador, que o problema continua sendo gestão. Dinheiro há, não fazem gestão. E, com essa equipe que está aí na Secretaria de Saúde, o senhor vai para o buraco, porque pessoas já estão morrendo nas filas, estão morrendo por falta de atendimento nessa tragédia que é a saúde do Distrito Federal hoje.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores servidores, senhores da imprensa, venho aqui repercutir uma situação que aconteceu na semana passada. O Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU suspendeu a coleta seletiva em cinco regiões do Distrito Federal. O fim desse serviço está afetando as cidades de São Sebastião, Paranoá, Itapoã, Fercal e Planaltina.

Segundo informações do SLU, ele está suspendendo o serviço de coleta seletiva nessas cidades porque houve baixa adesão dos moradores ao programa de coleta seletiva nessas regiões. Ainda segundo informações do SLU, a empresa que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
31 03 2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

foi contratada se negou a renovar o seu contrato afirmando que economicamente ele não era viável.

Eu queria fazer algumas considerações. Primeiro, a adesão dos moradores de qualquer região à coleta seletiva deve ser precedida, Deputado Ricardo Vale, de um trabalho de conscientização e educação ambiental na região. Não adianta nada nós estabelecermos um projeto de coleta seletiva, colocarmos os caminhões, colocarmos as lixeiras, se o Estado não assumir ali um processo de educação ambiental, ensinando os moradores e os usuários a acondicionar o lixo de uma forma correta. Então, eu gostaria que esta Casa pedisse à Presidente do SLU que retomasse imediatamente o projeto de coleta seletiva aqui no Distrito Federal.

Outro ponto que eu também queria levantar é que nós precisamos – o Governo do Distrito Federal precisa – urgentemente fechar o lixão da Estrutural e começar a implantar a coleta seletiva em todo o DF, beneficiando os catadores. O fechamento dessa coleta seletiva está prejudicando os catadores do Distrito Federal, que estão ficando sem insumos para, obviamente, levar o seu trabalho à frente.

Nós temos, Deputado Rafael Prudente, o maior lixão a céu aberto da América Latina. Temos um projeto estabelecido pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos e, também, um Plano Distrital de Resíduos Sólidos, que determinou que o lixão do Distrito Federal fosse fechado até o ano passado. Isso não ocorreu. O prazo foi prorrogado por mais um ano – ou seja, vence agora em 21 de abril – e acredito, Deputada Liliane Roriz, que esse prazo não vai ser cumprido.

DEPUTADO LIRA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, a observação de V.Exa. quanto aos lixões é mais do que pertinente. Eu estive esse final de semana em Planaltina de Goiás conhecendo o lixão de lá. Este, por sinal, é referência aqui para todo o Distrito Federal. Acho que Brasília tem que aprender com Planaltina de Goiás em termos de aterro sanitário.

Eu apresentei um projeto aqui na Casa que vai transformar os lixões, ou seja, o lixo orgânico, em fonte de energia. Isso vai acabar com os lixões, em geral, e com os aterros sanitários. Aquilo que for para reciclagem, será para reciclagem; o que for lixo orgânico irá para a usina para ser transformado em energia pura.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Muito obrigado, Deputado Lira.

Esse projeto que V.Exa. está apresentando, realmente, vai ajudar muito o Distrito Federal, principalmente na crise energética que estamos vivendo. Transformar o lixo em energia é uma das alternativas que temos para vencer a crise energética que vivemos no Distrito Federal.

Para concluir, Sra. Presidente, quero dizer mais uma coisa: a forma como os catadores são tratados aqui no Distrito Federal é extremamente desumana. Todos nós conhecemos o lixão da Estrutural, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. sabe como

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

aqueles catadores colocam em risco as suas vidas, a vida da família deles. Eles estão ali para conseguir o pão de cada dia.

Então, quero conclamar o Governador do Distrito Federal para que coloque urgentemente na pauta o fechamento do lixão da Estrutural, a qualificação dos catadores... E aqui quero citar uma questão conquistada no governo passado, pela Secretaria de Meio Ambiente, e que até hoje não foi executada, que foi a qualificação profissional dos catadores no Distrito Federal. Esse recurso foi destinado pelo Bird, já foi assinado no governo passado pelo Governo do Distrito Federal, e até hoje não saiu em prática, não só a qualificação dos catadores, mas a construção, Deputado Rafael Prudente, de galpões de reciclagem no qual fariam a triagem do lixo que é jogado no Distrito Federal.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, é muito importante o tema que V.Exa. está trazendo à tona. Eu tive a oportunidade de visitar V.Exa., quando V.Exa. estava na Secretaria de Meio Ambiente, e gostaria muito de ver, hoje, um projeto – até porque o governo está precisando rever alguns custos – que ainda está engavetado lá, infelizmente, que é a criação dos polos de recebimento de resíduos da construção civil.

Até hoje esse projeto não foi colocado para frente, e o governo gasta muito dinheiro para pegar um material desse, recolher e jogar no lixão, no meio daquele tanto de dejetos. Esse material é nobre e, em vários estados do nosso Brasil, é reutilizado e vendido para as próprias obras públicas.

Então, eu gostaria de fazer esse apelo, no sentido de cobrarmos ações do governador – V.Exa. tem profundo conhecimento desse projeto –, até porque estamos vendo excesso de lixo, principalmente de resíduos de construção jogados em áreas públicas do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Liliane Roriz, Deputado Rodrigo Delmasso, eu tenho acompanhado o seu mandato e quero parabenizá-lo por essa capacidade de não se deixar ser domesticado pelo óbvio. V.Exa. vai ao encontro da realidade da população. Tenho observado isso nas questões da saúde e agora na questão do lixo.

Nós não fazemos parte da base de apoio do governo, mas o SLU hoje tem um dos seus melhores gestores durante todos esses anos. A atual gestão vem sendo extremamente proativa. É verdade que é uma matéria complexa, a cidade cresceu bastante, o processo de desorganização é muito forte. Redisciplinar isso não é uma tarefa muito fácil, mas creio que, com iniciativas da envergadura de V.Exa. e tendo em vista este mês que vivenciamos o cuidado das políticas de água, tenho certeza de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

que essa equipe terá sensibilidade para perceber a sua contribuição e lhe dar uma resposta bastante positiva.

O problema do lixão é um problema grave, profundo, vem de outros governos, não é só desse. É um problema herdado, com que nós precisamos ter um cuidado enorme. Existe toda uma política, hoje, de descentralização do lixo, mas, naturalmente, há vários óbices que precisam ser enfrentados.

Obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de registrar que, a caminho hoje de uma audiência pública – até quero parabenizar o meu colega Deputado Juarezão pela audiência pública para tratar da Barragem Santo Antônio do Descoberto – em Brazlândia, nós vimos um lixo em que estão misturando resíduos sólidos com lixo orgânico. Um verdadeiro horror!

É bom que se deixe registrado isso aqui nesta Casa para que o governo tome alguma providência imediata, porque isso está crescendo muito. Fotografamos, fizemos o nosso registro, mas, como o tema que V.Exa. está abordando é lixo, é bom que o governo já tome uma atitude rápida, porque está crescendo em uma proporção fora do comum.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Verdade, Deputada Liliane Roriz. Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure, Deputada Liliane Roriz, Deputado Rafael Prudente. Incorporo todos os apartes ao meu discurso.

Para finalizar, quero ressaltar que nós temos o pior sistema de coleta da América Latina. Esse sistema, como o Deputado Wasny de Roure colocou, vem de outros governos. Mas precisamos dar a César o que é de César: o governo passado avançou muito na elaboração de políticas, principalmente na da implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos aqui no Distrito Federal. Nós temos hoje um dos melhores projetos do País. A equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente, que quiçá continuou no atual governo, principalmente na área de resíduos sólidos, elaborou o melhor projeto de coleta seletiva e de tratamento do lixo do País.

E aqui, só para concluir, temos oportunidade... O Governador Rodrigo Rollemberg tem a oportunidade de colocar isso em prática, de tirar o Distrito Federal de ser conhecido como a única cidade da América Latina que detém o lixão, para colocarmos aqui uma coleta seletiva e um tratamento de resíduos sólidos adequados com base no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que foi o carro chefe do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 7

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, colegas. Hoje, mais uma vez, venho tratar de um assunto que começa a incomodar a todos nós que defendemos o projeto original de Lúcio Costa, que é a construção de um memorial para o ex-Presidente João Goulart, o Jango.

Nada contra o nosso 24º Presidente da República, muito pelo contrário, tenho verdadeiro apreço pela grande história de vida e de trabalho desse grande político gaúcho, que acabou deposto pelo golpe militar de 1964, que, aliás, amanhã completa 51 anos.

De qualquer forma, quero deixar claro que a questão aqui não é meritória. Mesmo porque, se assim o fosse, não teríamos nem que discutir, uma vez que Jango foi eleito inclusive com mais votos que JK e já até possui um grande memorial em São Borja, no Rio Grande do Sul, a sua terra.

O grande problema que vejo, senhoras e senhores, é que hoje qualquer motivo é desculpa para se alterar o plano original de Lúcio Costa.

Vejam como exemplo o polêmico PPCUB, que tinha como pano de fundo a Copa do Mundo. Tudo era desculpa para que a cidade se enquadrasse no padrão Fifa. Graças a minha luta insistente e a de outros Parlamentares da legislatura passada, conseguimos desmascarar esta mentira cultivada, na verdade, pelos escusos interesses econômicos.

Já no caso do Memorial de Jango, que quer ser erguido atrás da Praça do Cruzeiro, naquele gramado central do Eixo Monumental, a questão me parece que não é o interesse econômico. A questão é o tombamento de nossa capital.

Brasília não é qualquer cidade em que alguém chega, acha que deve ser feito isso ou aquilo, faz um *lobby* entre as autoridades e pronto! Muda-se tudo.

Não, minha gente. Brasília é tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade. E por isso deve ser respeitada.

Pela minha luta em prol do tombamento, sei que não faltam interesseiros em busca do fim desse título, uma vez que ele dificulta e muito a especulação imobiliária.

Jango, com sua história, e sua família que me perdoem, do fundo do meu coração, mas, se a justificativa para se mudar o plano de Lúcio Costa é a criação de um Memorial de Liberdade e Democracia, adianto que já temos o Panteão da Pátria, localizado na Praça dos Três Poderes. Pelo projeto original de Lúcio Costa, e hoje há esse forte *lobby* para a construção desse memorial, o local era para ser um museu em homenagem aos pracinhas, àqueles que deram a vida pelo nosso País na Segunda Guerra Mundial, que são tão merecedores como Jango desta homenagem.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA.		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 8

O problema que vejo, senhoras e senhores Deputados, é que agora se permita erguer uma construção em homenagem a um ex-Presidente e, com isso, como muito bem foi colocado por defensores de Brasília, abra-se um precedente para que outros chefes de Poderes do nosso País tenham também seu memorial construído no centro de Brasília como "reconhecimento à história" de cada um deles. Por que não?

Gostaria muito de utilizar esta data, depois de 51 anos que Jango foi deposto e exilado, para deixar uma verdadeira homenagem ao ex-Presidente. Porém, já disse e repito: não há político, partido, amigo ou qualquer outra coisa que seja maior do que o meu amor por Brasília e por sua preservação.

E sei que defendo o que pensa boa parte da população. Uma recente pesquisa com internautas do *Correio Braziliense*, pelo menos, revelou que quase 80% dos leitores são contrários ao novo memorial. E não contra Jango.

Por essa diferença gritante, gostaria de endossar a sugestão a esta Casa de um projeto de lei. É uma lei de interesse popular que prevê que qualquer alteração no projeto original de Brasília, e que ameace o nosso tombamento, além de ter de passar por esta Casa, passe também por um referendo popular. Inclusive o próprio Memorial de Jango. Por que não? Eu posso estar errada na minha avaliação de achar que a área não deveria ser alterada. O que não posso é permitir que, deliberadamente, façam alterações na área central de Brasília.

Como já disse, nossa cidade não é de um ou de outro. Brasília é a capital de todos os brasileiros, e por isso deve ser respeitada.

Aliás, se este projeto do referendo já estivesse aprovado por esta Casa, por exemplo, teria nos poupado todo o trabalho do PPCUB, que felizmente foi devolvido para o Executivo. E ainda essa polêmica nas alterações da 901 Norte.

Todos sabem que sou completamente contrária a qualquer alteração naquele local. Sou contra prédios megalomaniacos naquela região. Ali deveríamos zelar por equipamentos comunitários e de lazer, como previu Lúcio Costa. O Governador vetou meu projeto que resguardaria aquela quadra. Fui contra. Briguei. Reclamei. Felizmente fui ouvida.

Agora conto com cada um dos meus colegas aqui presentes, Deputado Ricardo Vale, para estes dois pedidos: o primeiro é que façam uma reflexão sobre o Memorial de João Goulart. Pensem em quantos presidentes já tivemos e quantos mereceriam o mesmo espaço em áreas tombadas de Brasília. É uma discussão que, a meu ver, precisa acabar já. Tenho certeza de que o próprio João Goulart, com todas as qualidades que o fizeram Presidente do Brasil, Sr. Presidente, teria o bom senso de manter intocada a Capital que merecidamente é Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

O segundo pedido, apenas para finalizar, é para solicitar apoio aos Parlamentares para a derrubada deste veto contra meu o projeto da 901 Norte. Este veto é contra a história e contra a qualidade de vida da nossa cidade.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

Por isso, Sr. Presidente, creio eu que não haverá como incluir o meu projeto ainda na pauta de hoje, mas, com certeza, num próximo momento gostaria de ter o apoio de todos vocês. Muito obrigada!

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Deputada Liliane Roriz, eu estou analisando, vendo uma série de matérias de jornais a respeito desse memorial.

Essa é uma obra que está sendo financiada pelo Governo Federal, se não me engano. Eu acho que tanto o governo local como o Governo Federal estão em crise. Eu acho que devíamos ganhar um pouquinho de tempo e não construir nada agora ali, até sabermos do que seria feito.

Hoje tive o privilégio de ser recebido pelo Ministro da Aviação Civil. Fui levar para ele um pedido para tentarmos conseguir recurso e agilizar um processo para que construamos o aeroporto da região norte do Distrito Federal, ali em Planaltina, um aeroporto cargueiro. Então, em todas essas reuniões nós ficamos travados por falta de recursos. E vemos agora ser construído mais um memorial. Não vou entrar no mérito de saber se é para um ou para outro. Acho que isso deveria ficar para o futuro, haja vista o momento de crise pelo qual estamos passando, não só no Brasil como no Distrito Federal também.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada Liliane Roriz, com todo respeito à opinião de V.Exa. e à de outros colegas, o Parlamento é para que possamos apresentar o contraditório.

A história de um país se faz construindo e identificando seja aquilo com que concordamos, seja aquilo com que não concordamos.

A experiência do Governo João Goulart é uma experiência bastante diferenciada na nossa história política, nos erros e nos acertos. É uma história que o País tem que valorizar. Eu não tenho nenhuma dificuldade, a despeito dessa ou daquela posição política, de entender que ele fez parte de um momento singular na história brasileira, assim como JK, com toda a sua história, com toda a sua identidade – diga-se de passagem que este tinha uma identidade ideológica com o Jango muito maior do que com aqueles que deram o golpe no Estado.

O que, na realidade, o Memorial do Jango vai fazer é mostrar o momento de fissura, o momento de dor da sociedade brasileira, mas nós temos que enxergar isso. Isso faz parte da nossa história. Os americanos, nesse sentido, têm muito a dizer para nós. Eles nunca negaram a luta que foi escravocrata e a Guerra Civil ao estabelecer o Memorial do Lincoln. O Memorial do Lincoln é um marco em Washington, é um marco na história americana.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	10		

Então, eu creio que isso é da nossa história. Não temos que negar. Temos que aprofundar. Vão se mostrar todas as nossas deficiências, como também todos os nossos aprendizados. Quanto ao momento ou não, eu até entendo, mas deixar de pensar, deixar de contribuir? Captar o anseio da população é extremamente salutar.

Eu quero aqui me manifestar a respeito de qualquer tentativa de trabalhar de maneira preconceituosa em função dessa ou daquela posição política com relação ao governo do Jango. Este deu uma contribuição singular à história da política brasileira, arrastou multidões e trouxe inúmeras insatisfações porque foi o momento da ruptura da democracia no Brasil. Eu creio que temos de fazer com muita altivez a nossa história e construí-la para as gerações vindouras. Homens e mulheres contribuíram com o nosso povo, isso faz parte da nossa história, e eu particularmente a valorizo!

Muito obrigado pela oportunidade.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Com certeza, Deputado Wasny de Roure. Mas por esse motivo estou dando a sugestão de realizarmos um referendo popular para essa avaliação. Eu acho que seria de bom tom perguntar à população se ela aceita e se está de acordo com isso. Nós temos de reconsiderar. Não sei se já falei que não sou contra a história meritória dele. Porém, Brasília não pode ser a casa da mãe joana, onde cada um faz o que quer, por interesses que não sabemos quais são. É só isto: para nos resguardarmos desses futuros mandos, desmandos e lobby de autoridades que vêm aqui.

É somente isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho hoje à tribuna falar sobre o que ocorreu no dia de ontem. O Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer, lançou o programa Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência. Elaborada com base nos princípios legais de assistência a pessoas com deficiência, o programa vai abranger, em seu núcleo de ações, um plano de desenvolvimento articulado entre os órgãos do governo, sociedade civil, entidades de administração de esporte para pessoas com deficiência, entre outras instituições de interesse.

Durante o lançamento, o Governador Rodrigo Rollemberg anunciou que a aplicação de 20% do fundo de apoio ao esporte será destinada por lei às pessoas com deficiência. O dinheiro do fundo servirá para custear, por exemplo, obras de acessibilidade em parques públicos e unidades esportivas.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Outra mudança será a obrigatoriedade do Poder Público em organizar eventos esportivos e de lazer com estrutura voltada para pessoas com deficiência. Por exemplo, corridas de rua deverão ter espaços adaptados. As áreas destinadas ao público também devem ser apropriadas para que essas pessoas sintam-se confortáveis. Até mesmo eventuais aquisições de aparelhos para pontos de encontro comunitário, Deputado Rodrigo Delmasso, terão de contemplar equipamentos voltados para esse público. Sem dúvida, a implementação desse programa contribuirá para o fomento do esporte em nossa cidade.

A Secretaria de Esporte sempre teve uma preocupação muito grande em inserir os paratletas dentro do cenário esportivo. Durante minha gestão à frente da Secretaria de Esporte, vários paratletas foram beneficiados pelo programa Compete Brasília. Outra grande conquista foi a implementação da lei que passou a contemplar os paratletas com a bolsa paratleta, além da mudança do nome dos centros olímpicos para centros olímpicos e paralímpicos, uma forma de demonstrar que dentro daquele espaço físico todos são iguais.

Como grande incentivador do crescimento e desenvolvimento do esporte na Capital Federal, coloco-me à disposição para contribuir no que for necessário à ampliação de políticas públicas para o segmento.

Parabenizo o Governador Rodrigo Rollemberg, a Secretária de Esporte Leila Barros e toda a sua equipe, pelo excelente programa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, eu o parabenizo porque quando V.Exa. foi Secretário de Esporte do Distrito Federal, lembro que levei uma atleta paralímpica que era da modalidade de tênis – uma paratleta, na realidade –, a Talita. Ela estava tendo dificuldade para conseguir apoio à época. V.Exa. prontamente a recebeu em seu gabinete e determinou que os técnicos da secretaria agilisassem e pagassem a passagem dela para ir a Argentina. Ela foi campeã sul-americana na modalidade de tênis.

O Governador Rodrigo Rollemberg acerta ao tomar esta decisão: destinar um percentual do Fundo de Apoio ao Esporte aos paratletas, principalmente para fomentar no Distrito Federal, não digo essa modalidade, mas essa prática esportiva, porque o Brasil tem sido referência mundial nas paraolimpíadas e em vários outros eventos esportivos que envolvem paratletas.

Parabenizo V.Exa., que continua lutando pelo esporte no Distrito Federal, uma luta aguerrida para que Brasília também seja referência no esporte para o Brasil. Parabéns a V.Exa. e ao Governador Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO JULIO CESAR – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Nós falamos dos recursos: serão 20% para os programas. Mas dentro dos centros olímpicos também vamos destinar 20% das atividades a todas as pessoas

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				12	

portadoras de deficiência. Não tenho dúvida de que o programa fará com que Brasília seja muito mais respeitada lá fora.

Eu gostaria de falar outra coisa bem rapidamente. No encontro em que estive ontem com nosso Governador Rodrigo Rollemberg, falei com S.Exa. a respeito, Deputado Ricardo Vale, grande defensor do esporte, do valor que hoje é cobrado para que seja realizado um jogo no estádio Mané Garrincha. Salvo melhor juízo, é 15%. Com isso, muitos times não querem vir a Brasília pelo alto custo. Além de pagar o estádio, têm de pagar o custo aéreo, a hospedagem, a federação local, e alguns como os do Rio de Janeiro ainda têm de pagar a federação de lá.

Lembro que, à época, eu era Secretário de Esporte e fui voto vencido, mas eu tinha avisado ao Governador Agnelo que essa taxa era altíssima e inviabilizaria a vinda de muitos times para Brasília. Tanto é que nós vimos nesta semana que estamos perdendo um jogo que seria Corinthians e Cruzeiro. Com isso, estamos perdendo arrecadação. À época, lembro muito bem que eu disse: "Agnelo, não faça isso, é muito alto". Mesmo assim, ele ouviu outras pessoas, outros secretários e acabou colocando essa taxa.

Ontem o Governador Rodrigo Rollemberg foi sensível a essa proposta. Já entramos em contato com o Secretário de Turismo Jaime Recena, que está se preparando para fazer o decreto para que possamos reduzir e, com isso, trazer mais jogos para Brasília.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, primeiro quero parabenizar V.Exa. por essa iniciativa de procurar o governador e convencê-lo a baixar a taxa de utilização do Estádio Nacional. Foi um estádio muito caro para o Estado, e não pode ficar obsoleto, sem utilização. Lamentamos muito que, chegando as finais do Campeonato Brasileiro, nenhum jogo sequer foi jogado lá.

Espero que, com essa ação do governo de baixar as taxas e essa articulação de V.Exa. com o governador, possamos evidentemente colocar jogos lá, eventos esportivos de nossa cidade, e mais do que isso, trazer a população carente desta cidade para conhecer o estádio. Do jeito que é hoje, o preço dos *shows*, o preço dos jogos do campeonato brasileiro, o preço de quaisquer eventos que aconteçam ali faz com que a população mais carente, os jovens da nossa cidade nunca entrem nesse estádio, nunca.

Então, ao aproveitar o Campeonato Brasileiro de Futebol, os eventos esportivos da cidade, o governo faz com que essas comunidades, esses jovens da Estrutural, de Sobradinho II, de Planaltina, da periferia, possam vir a Brasília, possam vir ao Plano Piloto conhecer esse estádio que é muito lindo, é monumental e tem que ser utilizado mesmo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

Essa iniciativa é extremamente importante e eu espero que, o mais rápido possível, possamos fazer lá os jogos do Campeonato de Brasília, bem como outros eventos e mais do que isso, possamos trazer a população do Distrito Federal, a população carente desta cidade para conhecer o nosso estádio.

Parabenizo V.Exa. e fico muito feliz em saber dessa notícia de que os preços de utilização do estádio vão ser mais baixos.

DEPUTADO JULIO CESAR – Agradeço o aparte do Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, quero falar sobre o que foi dito por V.Exa. antes de tratar dessa questão do estádio. Refiro-me a um assunto citado agora há pouco. Aproveito para parabenizar V.Exa. e o governo por essa atitude.

Eu também quero dar a minha contribuição, já que protocolamos o Projeto de Lei nº 170, de 2015, que dispõe sobre a instalação de equipamento de esporte e lazer, desenvolvido para utilização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em parques, praças e outros locais. Esse projeto já está na Casa. A relatoria é da Deputada Luzia de Paula e espero que possamos votá-lo o quanto antes.

DEPUTADO JULIO CESAR – Agradeço o aparte do Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, parabenizo V.Exa. por ter tratado desse tema com o Governador e acrescento a demanda do Deputado Ricardo Vale para que se abra esse estádio também para os boleiros do Distrito Federal, porque existe campeonato amador aqui em Brasília que tem mais público que o Campeonato Candango de Futebol.

Eu já joguei o Campeonato de Ceilândia. O Deputado Ricardo Vale já jogou o Campeonato de Sobradinho e sabe muito bem que essa é a única forma de darmos utilidade a esse estádio, que não serve para nada. Isso aí talvez seja um crime contra o patrimônio e contra o contribuinte do Distrito Federal. Tem de se dar alguma utilidade a esse estádio para não acontecer o que está acontecendo na África do Sul, onde foi feito um estádio em uma cidade em que não existe time de futebol. Hoje a prefeitura da cidade está entrando com ação na Justiça para pedir a implosão do estádio, porque sai mais barato implodi-lo do que mantê-lo. Corre-se o risco de a gente ter que tomar a mesma medida aqui no Distrito Federal, se não dermos uma utilidade para essa obra inútil que aqui foi feita.

Muito obrigado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 14

DEPUTADO JULIO CESAR – Agradeço o aparte do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Eu acho que não só o Estádio Mané Garrincha, mas também os estádios aqui de Brasília poderiam ser cedidos aos boleiros. Isso era algo que nós também conversávamos, quando éramos secretários. A nossa ideia era a de que a Secretaria de Esportes pudesse gerir todos os estádios de Brasília. Hoje você vê que o estádio fica a cargo de cada administração e, em muitas das vezes, ela não tem condições de arcar com as despesas e o estádio fica parado, sem ser utilizado, enquanto poderia ser cedido aos boleiros.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, meu líder, é um prazer imenso apartear-lo, porque fico satisfeito em ver o senhor trazer um tema como esse.

Eu peço *vênia* para discordar do meu amigo Veras, que é uma pessoa a quem respeito muito, porque aquele estádio serve para tudo, inclusive para jogar bola. Ali você pode colocar até uma universidade, basta ter perspicácia para descobrir para que ele serve.

Eu volto ao Veras para dizer que ele tem razão, pois, se ficar parado, o preço que se gasta para mantê-lo é pior. Abrir para todo mundo jogar bola é a melhor coisa que se faz, pois ali é lugar de jogar bola. Há tanta sala ali dentro. Dá para fazer tanta coisa naquele estádio, que ninguém imagina.

Outro fato sobre o qual venho falar para resolvermos esse problema. Brasília é uma cidade tombada, mas fizeram uma grade, colocaram-na em volta do estádio e nunca mais a tiraram. Na Copa, eu até que calei a boca, porque se fez necessário por questão de segurança, mas agora está igual aquela música: "Está vendo aquele edifício, moço? Eu também trabalhei lá. Pus a massa, fiz cimento, e o padre me deixa entrar...", mas lá não se pode nem entrar.

Júlio, presta atenção, que é para você me ajudar lá. Você tem que pedir ao Governador que tire aquelas grades para o povo chegar perto do estádio, porque nem perto se pode chegar.

Veja, a nossa Deputada Liliane Roriz, que está presidindo hoje, teve uma briga danada para manter o nome Mané Garrincha, porque queriam tirar esse nome. A senhora se lembra? A gente não pode chegar perto do Mané Garrincha por dois fatos: primeiro porque ele morreu e agora porque colocaram ali uma grade. Estão tolhendo a nossa participação na questão do esporte no Distrito Federal.

Então, conclamo o senhor, como Líder do Governo, a levar ao Governador – já fiz a indicação e acredito que eu e o Veras faremos um outro documento, porque ele também entendeu que é necessário tirar a grade – a necessidade de se tirar

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		15

aquela grade, para que o povo possa se aproximar do elefante branco que hoje nós temos aí.

Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Valeu, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, V.Exa. hoje é Líder do Governo, mas era Secretário de Esportes do Governo Agnelo na época em aquele estádio foi construído.

Eu nunca fui defensor desse estádio, mas não aceito, em hipótese nenhuma, a afirmação de que ele é inútil. É só verificar o calendário de atividades que nele ocorreram desde o dia em que foi inaugurado. Havia uma demanda de Brasília por um local para grandes eventos. Aqui não havia. Veja quantos times de fora de Brasília – de São Paulo, do Rio, de Minas – têm jogado aqui. Conforme disse o Deputado Dr. Michel, o local serve até para jogar bola, pois serve também para muito mais coisas, grandes eventos, grandes *shows*. Está montada lá uma estrutura para *shopping center*. Milhares de lojas, centenas de lojas, serão instaladas ali.

Portanto, acho importante Brasília conhecer o Estádio Mané Garrincha. Há muita gente que ouviu falar dele, não o conhece. Agora mesmo vamos receber em Brasília, nas Olimpíadas – e se não existisse o Estádio Mané Garrincha isso não aconteceria – cerca de dez partidas de futebol. Haverá partidas em Brasília, em Belo Horizonte e no Amazonas. Aquilo ali não vai ser elefante branco nunca. Não será inútil nunca, mas nunca mesmo! Quem vai ao estádio conhece a funcionalidade dele. Não é um campinho de futebol, é uma praça para multieventos.

Esta Câmara acompanhou de perto a execução da obra, desde a intenção de mudar o nome do estádio. A Deputada Liliane, em boa hora, propôs que não fosse mudado, e todos nós aprovamos.

DEPUTADO JULIO CESAR – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Eu gostaria só de ressaltar, Deputado Chico Vigilante, que o que estamos discutindo é a redução da taxa para utilizar o Mané Garrincha para que a gente possa receber jogos do Campeonato Brasileiro e até mesmo da Copa do Brasil.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, sei que o pronunciamento de V.Exa. está em uma direção, mas permita-me tratar de assunto diverso.

No último sábado, estávamos juntos em uma atividade lá no Riacho Fundo II. Quero trazer aos colegas essa grande luta para que haja a efetivação do projeto

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	
					16

da Feira do Riacho Fundo II, que dará guarida, a pelo menos, duas centenas de feirantes. A sua participação dá desdobramento ao compromisso do Evandro Garla, seu colega de partido, colega nosso aqui, que tanto honrou esta Casa e que foi uma das melhores amizades que eu desenvolvi nesse último mandato.

Quero me associar a V.Exa. não apenas como Deputado, mas agora como Líder de Governo. Essa vitória será dos moradores do Riacho Fundo, dos consumidores e daqueles que trabalham em feira. Portanto, eu gostaria que, juntos, pudéssemos ver a efetivação desse projeto com a inauguração dessas novas instalações da Feira do Riacho Fundo II. V.Exa. é um parceiro que vai honrar esse compromisso com a população daquela comunidade.

Aproveito para cumprimentar o administrador daquela cidade, também nosso parceiro. Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Olhando daqui a galeria, está me passando um filme, Deputado Wasny, ocorrido há oito ou dez anos. Nós temos aqui a presença de ambulantes do Setor Comercial, daquela plataforma superior da Rodoviária, que hoje enfrentam um problema que enfrentaram há oito anos, dez anos. Ou seja, querem trabalhar, mas, infelizmente, os órgãos de controle do Estado, em vez de criarem a facilidade necessária, criam as dificuldades.

Então, eu quis falar exatamente na manifestação de V.Exa. para que V.Exa., como Líder de Governo, possa se somar conosco na busca de uma solução que permita que essas pessoas possam efetivamente trabalhar aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. Com certeza, abraçamos essa causa e, junto com V.Exa., correremos atrás para tentarmos resolver essa situação.

Sobre a questão do Riacho Fundo II, realmente tivemos uma agenda muito positiva. Quero, desde já, Deputado Wasny de Roure, falar que já está marcado para a próxima segunda-feira, às 14h30min. Vamos estar na Novacap. Pergunto a V.Exa. se pode ir conosco, para que possamos, de fato e de verdade, lutar por aquele povo do Riacho Fundo II e conseguir fazer com que a feira saia do papel e, de fato e de verdade, aconteça naquela comunidade, que é tão carente e necessita dessa feira.

Então, muito obrigado e boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria também de saudar os ambulantes que estão na galeria. Inclusive, eu a abri para que vocês entrassem, porque aqui é a Casa do povo e é aqui onde vocês têm que buscar uma solução para os problemas de vocês. Vocês sabem muito bem que apoiamos essa causa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	

Dando continuidade à sessão, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Eu gostaria de passar a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho de novo a esta tribuna para defender os ambulantes do Distrito Federal, principalmente aqueles que estavam no Setor Comercial Sul. Eles estão ali, Sra. Presidente, exercendo seus trabalhos, suas atividades do dia a dia. Eles vendem seus produtos para levarem comida para dentro de casa. Eles não são bandidos, devem ser tratados com dignidade.

Eu, no início da minha caminhada, estive no Setor Comercial Sul, e a primeira coisa que aqueles ambulantes pediram é que houvesse uma lei nesta Casa que regulamentasse suas atividades, pois ninguém quer ficar ilegal, ninguém quer ser considerado bandido.

Eu acredito que a polícia, as forças de segurança têm que agir para coibir bandidos e não trabalhador que está trabalhando para levar comida para dentro de casa. Quantos desses que estão aqui dependem, Deputada Liliane Roriz e demais Deputados, da venda do dia a dia para colocarem comida na boca dos seus filhos? Eu acho um absurdo!

Eu acho que nós podemos dar uma resposta, uma resposta imediata: que todos nós Parlamentares assinemos um projeto de lei autorizando, sim, regulamentando, dando licença a eles. Vou dar um exemplo: na Cidade de Fortaleza, os ambulantes, Deputado Wasny de Roure, principalmente os que ficavam na Praia de Iracema, eram achacados e eram, muitas vezes, expulsos. Então, um ex-prefeito de Fortaleza – eu me esqueci do nome desse ex-prefeito de Fortaleza – mandou um projeto para a Câmara de Vereadores que regulamentava a permanência dos ambulantes na feira da Praia de Iracema.

Hoje, essa feira, que se chama Feira de Artesanato da Beira-Mar, é um ponto turístico internacional. Todo mundo que vai a Fortaleza à noite vai a essa feira para fazer compras. Eu quero dizer, Deputado Chico Vigilante, que, da mesma forma que a Prefeitura Municipal de Fortaleza teve condições de regularizar a ação dos ambulantes lá, eu acredito que...

Na Capital da República, não podemos tratar trabalhador como bandido, Deputado Dr. Michel. Esta Casa precisa, sim... "Ah, mas, se apresentarmos, vai ter vício de iniciativa." Então, que encaminhemos ao governo uma proposta que dê licença para que eles possam atuar no Setor Comercial Sul e até mesmo nas áreas nobres do Distrito Federal, para que eles possam trazer comida para dentro das suas casas com dignidade.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

O que eles querem? A única coisa que eles querem é poder trabalhar em paz, vender suas coisas dentro da legalidade, levando dignidade para dentro das suas casas. Nós não podemos aceitar que a Capital da República, que tem o maior índice de desemprego das regiões metropolitanas, Deputado Joe Valle, persiga o trabalhador autônomo como está perseguindo.

Eu quero pedir ao Governador Rodrigo Rollemberg que encaminhe a esta Casa urgentemente um projeto para regulamentar a atividade dos ambulantes no Setor Comercial Sul, no centro de Taguatinga, em qualquer lugar. Obviamente, tudo dentro da legalidade, porque trabalhador não é bandido, trabalhador precisa ser tratado como trabalhador.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde a todos.

Nós temos um processo de trabalho que está ligado à parte de gestão. Em todos os momentos, Sra. Presidente, nós percebemos que cada um quer defender o que é seu. Parece que nós estamos numa selva, num local onde eu tenho que defender o que é meu porque, se eu não defender, alguém toma. Nós vivemos numa cidade, numa democracia, nós vivemos numa coletividade onde os meus interesses não podem usurpar o interesse do próximo. Então, a lógica de conseguir um trabalho com que todos possam viver e conviver em sociedade é uma dificuldade que a democracia apresenta em todos os momentos.

Esta Casa é uma casa de negociação, uma casa onde se faz um trabalho para que as pessoas que convivem em sociedade dialoguem a partir de uma democracia plena. Eu vejo que esse é mais um problema que se apresenta na nossa cidade pela falta de conexão entre os governos, entre as Secretarias, entre as pessoas, entre os segmentos.

Quero aqui trazer um assunto que acho de extrema importância. Nos últimos quatro anos, nós percorremos essa área rural do Distrito Federal em todos os pontos, trabalhamos muito para fazer uma representação digna, conversamos com todos os coletivos e percebemos um problema muito sério, que é a educação. Deputado Prof. Israel, V.Exa., que tem trabalhado nisso, sabe da minha luta pela educação na área rural. Essa educação passa por problemas muito sérios. Nossos jovens acabam saindo da área rural, Deputado Rafael Prudente, para virem para a cidade, porque não há nenhum atrativo no modelo de cidade, no modelo de consumo que nós vivemos.

Eu fui surpreendido com uma conquista da área rural nestes últimos quatro anos, que foi a criação da Gerência de Educação do Campo. Foi criada essa gerência.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 19

Era um núcleo sem expressão nenhuma. São mais de 70 escolas na área rural, mais de 20 mil alunos, de uma forma complicada, abandonada, com problemas no transporte. Eu tive o trabalho de seguir os meninos na parte da manhã, vendo a poeira, vendo a lama, vendo o desestímulo que esses meninos têm para ficarem na área rural. E a comunidade rural conseguiu conquistar uma gerência para cuidar disso, para tratar melhor disso com recursos e tudo o mais.

Eu fiquei sabendo – e estou extremamente triste – que, nessa história de baixar custo, nessa ignorância de baixar custo... Porque baixar custo de forma linear, horizontal é uma ignorância, é uma falta de conhecimento. É um absurdo cortar um custo tirando uma pessoa e deixando todo um serviço sem ser prestado. E acabaram com a Gerência de Educação do Campo na Secretaria de Educação, voltando a haver simplesmente um núcleo, sem falar com ninguém, sem falar com a comunidade rural. Nós fizemos mais de vinte reuniões com a comunidade rural, discutindo com professores, discutindo com mães de alunos. De forma desrespeitosa com essa liderança, com essa pessoa que representa e busca, da forma mais séria possível, ajudar o governo a atuar, acabaram nessa história de baixar custo. Essa, para mim, é uma atitude que acaba com qualquer tipo de negociação que possamos ter.

Vejo essa situação de uma forma extremamente negativa. Começou mal o Secretário de Educação. Está mal. Está muito ruim! Tem que conversar! Ninguém que faça gestão minimamente competente, minimamente – não estou falando de gestão de excelência... Tem que conversar com as pessoas, tem que conversar com o povo. Não pode prejudicar e dar passos contrários a uma conquista histórica para a área rural, como era a Gerência de Educação do Campo, sem conversar com as pessoas. Sem conversar com as pessoas, Deputada Liliane Roriz, minha Presidente. Isso é um absurdo que eu não aceito. Tenho que ficar indignado, mesmo.

Eu vim aqui, no lugar que tenho para conversar, no lugar que tenho para falar com o povo, nesta tribuna. Como se faz uma coisa dessas? Fale-me das modernas técnicas de gestão – assunto que, por acaso, estudo muito; assunto de que gosto – em que não existe esse tipo de corte de custo imbecil que foi feito, tirando o cargo de uma gerente de educação do campo que faz o negócio de forma apaixonada, uma funcionária de carreira. Funcionários de carreira ficaram a ver navios na Secretaria de Educação.

E o que dizer dos alunos que estão lá, nesses rincões da área rural do Distrito Federal? Eles chegam às 6h da manhã, enfrentam poeira, quando não é lama, para estudar, sem a atenção devida.

Eu fico triste, porque primeiro faço um trabalho de bastante seriedade. Poderiam no mínimo ter dito: "olha, vai acabar, vai cortar custo de verdade, não vai". Eu posso ajudar nisso. Eu estou aqui para ajudar. Não estou aqui para atrapalhar e não posso ficar calado quando se comete um erro desse tamanho, em uma grave demonstração de incompetência de gestão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 20

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Liliane Roriz, Sras. e Srs. Deputados, faço uso da palavra para lembrar que hoje, dia 31 de março, lembramos o ano de 1964, data do fatídico golpe militar que tivemos em nosso País, que cassou direitos da nossa população e matou vários professores, vários trabalhadores e vários estudantes. Foi um golpe militar que tem de ser sempre lembrado, para que nunca mais ocorra neste País.

Fico preocupado porque, recentemente, nessas manifestações que houve pelo País afora, vimos muitas pessoas se manifestarem pedindo a volta da ditadura militar. Muitos jovens pediram a intervenção militar no País provavelmente porque desconhecem completamente o que foi aquele período. Quantas pessoas morreram? Foi o fim da democracia, neste País. Pensem no que custou, para tantas pessoas, aquele golpe de 1964.

Hoje, dia 31 de março, temos que evidentemente lembrar desse fato, para que, como eu disse, isso nunca mais volte a acontecer no nosso País. Eu lamento que, depois de tudo o que ocorreu – perdemos o direito de votar, perdemos direitos constitucionais, o País ficou em uma situação muito difícil durante muitos anos –, vejamos jovens agora, recentemente, pedindo a volta da ditadura militar. Então, eu não poderia passar batido.

Quero dizer também, Deputada Liliane Roriz, que, exatamente por isto, para evitar um golpe de Estado, essa tentativa de trazer de volta a ditadura e cercear o direito à democracia, sou favorável à construção do Memorial da Liberdade e da Democracia do Presidente João Goulart. Esse tipo de memorial é importante aqui na Capital do Brasil, justamente onde o golpe se iniciou, porque por ele poderemos lembrar daquele período obscuro e triste da nossa história. Acho que devemos construí-lo, sim, para relembrar o governo democrático do Presidente João Goulart, que trouxe melhorias para o nosso País, mas foi interrompido justamente por esse golpe. Torço para que esse memorial seja construído o mais rápido possível, a fim de que possamos sempre relembrar e mostrar para nossas futuras gerações o que foi a ditadura militar, o que foi o golpe e o quanto ele foi prejudicial para o nosso Brasil.

Quero aproveitar também esta tribuna para falar sobre uma matéria que hoje li no *Correio Braziliense*. Eu, como católico, como cristão, fiquei muito triste e fui procurado por pessoas de paróquias de algumas cidades que lamentam a falta de apoio do governo do Distrito Federal às vias sacras. Hoje, o *Correio Braziliense* noticiou que o governo só apoiaria a Via Sacra de Planaltina – seria a única que teria o apoio do Estado.

A gente sabe que existem vias sacras tradicionais, como em Taguatinga, há mais de 24 anos; em Sobradinho I, há 26 anos; em Sobradinho II, há 15 anos; no Paranoá e em São Sebastião. É uma festa religiosa, mas também cultural, porque já

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

faz parte da cultura desta cidade e do nosso povo. O governo não apoiar, alegando que não tem recurso, é fazer pouco caso dessa tradição, dessa história linda, que envolve milhares de famílias, centenas de figurantes que participam, socializam-se e se incluem na sociedade. Infelizmente, neste ano, apenas uma via sacra terá apoio do Estado. Espero – esta Casa tem que ter responsabilidade com isto – que a gente possa fazer com que isso nunca mais ocorra aqui no Distrito Federal, Deputado Lira. Precisamos já, neste ano, em uma articulação desta Casa com o governo, fazer com que essa festa tradicional, cultural, importante, espiritual, que envolve muitas pessoas, possa voltar ao normal e, a partir de 2016, todas as vias sacras voltem a receber o apoio do Estado para serem realizadas. Quem não as conhece e não as vive não sabe da sua importância, da quantidade de pessoas envolvidas, de toda a relação que é criada dentro da comunidade, com essas vias sacras.

Lamento profundamente a falta de apoio do Governo do Distrito Federal. E não é coisa cara, não: o padre da Igreja da Imaculada Conceição da quadra 13, lá em Sobradinho, falou que, com 40 mil reais, a via sacra acontece. Ele está lá, fazendo uma vaquinha, correndo atrás dos fiéis, para que ela não deixe de acontecer.

Eu queria, portanto, chamar a atenção dos Deputados para que, no ano que vem, isso não ocorra mais e esta Casa possa ajudar, evidentemente, o governo a corrigir esse erro, essa falta de vontade, na minha avaliação, que foi não dar uma estrutura, um apoio mínimo para que essas vias sacras acontecessem em todas as cidades do Distrito Federal.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sra. Presidente Liliane Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Na ausência do Deputado Chico Leite, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Srs. Deputados, quero cumprimentar esta Casa, em particular, o Deputado Rodrigo Delmasso, que ontem realizou uma importante audiência pública, retomando um dos debates mais enriquecedores que Brasília e esta Casa acompanhou, que foi o processo da regularização das áreas de entidades sociais.

A Deputada Luzia de Paula tem um fortíssimo vínculo, como também as áreas de templos religiosos. Essa audiência foi acompanhada por vários Deputados e Deputadas e foi extremamente rica para Brasília e para as entidades que estão no aguardo. Portanto, Deputado, parabéns e continue assim.

Quero cumprimentar a população que trabalha na Rodoviária. Já Deputado em outras épocas, fui autor de projetos de lei com relação aos trabalhadores que atuam em situações extremamente precárias. Contem com nosso apoio, com nossa solidariedade. As pessoas que nos acompanham, que sabem de alguns fatos históricos ali da Rodoviária, se lembram dos vários momentos em que lá estivemos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

Estamos inteiramente à disposição. Cumprimento o colega Deputado Raimundo Ribeiro, que está conduzindo este debate.

Sra. Presidente, eu pedi a palavra nesta tarde para trazer ao nosso conhecimento aquilo que já é notoriamente acessível a todos, que é o relatório das contas do Distrito Federal no primeiro trimestre. Esse relatório ainda se encontra em fase preliminar, porque ele se encerra no dia 10 de abril, reportando-se a todos os lançamentos existentes. Em primeiro lugar, quero dizer que a publicação, que obedece ao art. 175 da Constituição Federal, no § 3º, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal no que dispõe o art. 52, é o relatório resumido da execução orçamentária.

As notícias, Deputado Rodrigo Delmasso, são extremamente positivas, Deputada Luzia de Paula. Em janeiro, a nossa arrecadação, que em 2014 era da ordem de R\$892.864.000,00 (oitocentos e noventa e dois milhões e oitocentos e sessenta e quatro mil reais), passou, em 2015, para 993 milhões de reais, um crescimento, portanto, acima de 11%. No mês de fevereiro, o crescimento foi da ordem de quase 15%. Portanto, o bimestre chegou a quase 13%: 12,97%. O mês de março, que, como eu disse, ainda não está plenamente fechado, teve um aumento de 16,56%, portanto, um crescimento bem acima da taxa de inflação. No trimestre, o crescimento é da casa de 14,18%.

Portanto, Sra. Presidenta, nós tivemos um excedente da ordem de 375 milhões de reais, Deputada Liliane Roriz. Choravam tanto, e isso não parece e não está retratado nos números que agora são divulgados. Quer dizer, o caos que se tentou projetar em Brasília não é efetivado pelos números que são publicados. O superávit financeiro apurado no bimestre, Deputada Liliane Roriz, só para V.Exa. ter uma ideia – V.Exa. tem uma assessoria bastante competente nesta área –, mostra uma receita realizada da ordem de R\$4.116.000.000,00 (quatro bilhões e cento e dezesseis milhões de reais) para uma despesa liquidada da ordem de R\$3.183.000.000,00 (três bilhões e cento e oitenta e três milhões de reais), portanto, um superávit da ordem de R\$933.600.000,00 (novecentos e trinta e três milhões e seiscentos mil reais). Portanto, nós pudemos administrar. Aqui eu quero dirigir minha palavra aos colegas que, no primeiro momento, ficaram encantados com a representação do Ministério Público. Eu queria alertá-los de que os números apontam em outra direção.

A despesa liquidada nos meses de janeiro e fevereiro foi igual a R\$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais) de um total previsto de quase 17 bilhões num ano. O gasto realizado no bimestre equivale a 15,47% do total, se nós levarmos em conta até o final do exercício, ou seja, até o final deste ano. Se replicássemos esse gasto para os demais bimestres, sem levar em consideração os aumentos previstos da folha de pagamento, a folha estimada para o exercício de 2015 seria igual a R\$15.722.000.000,00 (quinze bilhões, setecentos e vinte e dois milhões de reais), o que demonstra que existe, na data de hoje, uma sobra orçamentária de dotação autorizada para pagamento de pessoal e encargos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 23

igual a R\$1.207.000.000,00 (um bilhão, duzentos e sete milhões de reais). Com base nos números do próprio governo, mesmo abatendo o impacto dos aumentos que foram abordados na Adin de 2015, que seria da ordem de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), ainda haveria uma sobra para aumento de despesa da ordem de R\$607.000.000,00 (seiscentos e sete milhões de reais).

É de se concluir, já com base nos números da execução do Orçamento de 2015, que não há o que se falar da insuficiência da previsão orçamentária para o pagamento dos aumentos previamente autorizados por esta Casa.

Sra. Presidenta, se nós fizermos – do ponto de vista de pessoal, Deputada Luzia de Paula – a consideração dos limites mínimos previstos, que é de 20% da arrecadação para a educação, nós vamos verificar, Deputada Liliane Roriz, que o governo não executou na plenitude. De um montante de 270 milhões, o governo executa 162 milhões. Não é diferente no que diz respeito à área da saúde. Há pouco abordei o Deputado Chico Vigilante, nesta tribuna, sobre isso.

Portanto, os resultados já divulgados pelo Governo do Distrito Federal tranquilizam bastante esta Casa. Não que devamos ser irresponsáveis, inconsequentes, mas isso demonstra que a programação prevista está perfeitamente ajustada àquilo que a execução orçamentária já aponta nesse sentido. E nós temos a execução orçamentária apenas do primeiro trimestre, o que nos deixa bastante animados. Eu quero aqui cumprimentar por isso o Governo do Distrito Federal, a equipe da Receita da Fazenda. Também quero cumprimentá-los pela execução do orçamento.

Deputada Liliane Roriz, se V.Exa. ainda me permite trazer uma preocupação que temos observado, eu falava com o Governador Rollemberg na última quinta-feira, Deputado Prof. Israel e Deputado Rodrigo Delmasso – só para dar pincelada aos colegas. Fizemos uma recapitulação do Fundo Constitucional do ano de 2003 ao ano de 2014 e verificamos que temos um montante, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. é da área da educação –, de 448 milhões se nós fizermos a devida evolução inflacionária dos recursos, que foram sobras do Fundo Constitucional neste período.

Quase meio bilhão de reais poderia ter sido aplicado na melhor qualificação da segurança pública no Distrito Federal, porque boa parte desses recursos é da área da segurança pública. Isso perpassou por todos os governos. É um indicativo de que nós precisamos, na atual gestão do Fundo Constitucional, evitar perdas. Isso, sim, é que deve chacoalhar a nossa cabeça; isso, sim, é que deve nos incomodar. Não devemos é criar um cenário de pânico, insegurança e intranquilidade para a população, tentando comprometer a imagem do ex-Governador Agnelo Queiroz.

Trabalhar com finanças é uma questão de paciência, de detalhe e de lógica maior, para que possamos ter a melhor avaliação possível antes de podermos carregar nas tintas ao falar daquilo que aconteceu.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				24	

Eu espero que os últimos números possam desestimular efetivamente o Tribunal de Justiça a acolher essa Adin, pelo efeito social extremamente perverso que ela poderá trazer.

Muito obrigado, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Sra. Presidenta. Na pessoa de V.Exa., cumprimento também a sua irmã Jaqueline Roriz, sem problema algum. Cumprimento todos os presentes que aqui estão.

Não poderia deixar de vir hoje aqui falar sobre a situação dos trabalhadores informais que vivem sofrendo lá no Setor Comercial e que estão sendo retirados abruptamente daquela localidade. Isso é o maior absurdo que eu já vi. O pessoal fala de índice de criminalidade, fala de insegurança, e, quando as pessoas querem trabalhar, mesmo que informalmente, para não entrar no ramo da criminalidade, são tiradas abruptamente.

Eu acredito que o governo tem que ter sensibilidade para olhar para vocês e ver a situação por que estão passando. Vocês são pais de família, são pessoas que necessitam estar ali para ganhar o sustento do dia a dia, a fim de não entrar na criminalidade.

Eu conclamo aqui o nosso Líder, a Presidenta desta Casa e V.Exa., que é amigo do Rodrigão, a falar com ele: "Rodrigão, dê uma ajuda para esse povo do Setor Comercial. Vamos arrumar uma saída para esse povo!". Esse povo não pode ficar nessa situação. Por que não pode? O que esses pais de família vão fazer para se sustentarem?

Como bem disse aqui o Deputado Rodrigo Delmasso, nós hoje temos, dentro da cidade, o maior índice de desemprego das grandes metrópoles. Onde vamos arrumar emprego para esse povo? Emprego não há. Cortaram os comissionados. Não podemos nem botar vocês como comissionados. Cortaram tudo. Como é que faz? Não há ICS – Instituto Candango de Solidariedade, que foi o pai de V.Exa. que fez, Sra. Presidente. Não há ICS, não há comissionado.

Eu só ouço nego falar: "Corta, corta, corta". Vem o Deputado Joe Valle e diz o seguinte: "Eu nunca vi fazer economia cortando". O Estado é caro. Ele só tem que ser proficiente. As pessoas têm que trabalhar. Estão trabalhando e não as deixam trabalhar. Então, o que é que querem? Digam-me o que querem que esse povo faça. Não podem trabalhar na informalidade. Na formalidade, é preciso economizar, é preciso cortar. Vão para onde, Deputado Rodrigo Delmasso? Vai para onde esse povo? Pessoal, eu estou preocupado com a situação.

Hoje eu não poderia também deixar de dizer – e muitos aqui vão ficar arrepiados com o que vou falar – que estou me regozijando de alegria. Passou, até

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	

que enfim... Não vai resolver *in totum* o problema, mas vai ajudar bastante. Eu venho dizendo todos os dias: vagabundo bom é vagabundo preso e sem benefício. Hoje, a CCJ, graças a Deus, por quarenta e tantos a dezessete, decidiu que a maioria penal vai ser diminuída. Pelo menos na CCJ! Já nos ajuda! Ninguém aguenta mais essa criminalidade.

Ainda digo mais. Eu acho que não têm que abaixar para dezesseis, não, têm é que botar o seguinte: o cidadão entende o caráter ilícito do fato, cadeia. Se entende o que é crime, tem que ir para a cadeia. Vamos deixar dessa situação. Bandido tem que estar é preso. "Ah, cadeia não ressocializa." Problema de quem foi para lá. "Cadeia é ruim." Sabe que é ruim, para que é que vai? Quem não dá conta de cumprir a pena não cometa crime. Dizer a mim que um jovem de 16 anos não sabe que o que está fazendo é crime é um absurdo.

"Ah, tem que fazer escola." Concordo, mas o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Prof. Israel sabem muito bem que escola é ação para longo prazo, e, agora, não dá tempo de esperar vinte anos. O nosso povo está morrendo. Agora mesmo morreu um, lá na parada de Sobradinho II: um menor matou um pai de família, não sei quem foi.

"Ah, é 1% só dos menores que comete crimes." Está bem, mas não tem que ter nem 1%. Aliás, melhor ainda. Eu contraponho o argumento dizendo: se é 1%, então só 1% vai para a cadeia. Olha que coisa boa. Que coisa boa! Os 99% vão ficar livres porque não cometem crimes. O que não dá é esse 1% ficar nos assolando.

Vejam vocês: quando foram criados os direitos humanos, era uma minoria que estava sendo massacrada. Os direitos humanos vinham para regular isso. Hoje, há uma maioria massacrada por uma minoria. Veja, 1% de vagabundos menores de idade aterrorizam 99% de gente. Meu Deus do céu! Então, eu contraponho qualquer um que venha me falar a respeito de maioria penal. Eu sou a favor da diminuição da maioria penal e sou a favor de bandido preso sem benefício.

Vejam vocês: saidão da Páscoa! Saidão da Páscoa é para o meu filho, para o seu filho, que é cidadão de bem. O vagabundo tem que estar é lá dentro. Não. "Levar chocolatezinho." Vai é meter outro assalto. Que diabo de saidão, rapaz! Bandido tem que ficar preso! E o que morreu, vai ter saidão para onde? Não tem saidão.

Então vamos parar de hipocrisia! "Ah, porque é cláusula pétrea da Constituição, não pode..." Mentira! Papo furado! Tertúlia longa para dormir bovino! Ou seja, conversa mole para boi dormir!

Nós não aguentamos mais, ninguém aguenta mais essa criminalidade. É menor, é maior, é tudo na cadeia! Eu sou a favor do encarceramento em massa. Ali para o lado de São João d'Aliança, onde os gaúchos plantam muita soja, desapropriem – eles vão querer, porque vão pagar bem –, façam presídios – presídios! – e coloquem na cadeia o menor, o maior. Bandido é bandido.

Falo aqui e falo em qualquer lugar, e não tenho medo de ameaças deles!

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		26

Quem está contra isso, quem está rebatendo é porque ainda não teve nenhum parente nessa situação. "Ah, mas se eu tiver, eu perco a noção!" Perde mesmo. Quem tem parente que já foi vítima de um menor sabe o que estou falando.

Não venho só falar do menor. Venho cobrar um Código Penal mais rígido, um processo penal mais célere. Eu quero dizer o seguinte: a polícia, hoje, está enxugando gelo. Ela prende, e a Justiça, pelas questões da lei, solta.

Então, hoje, eu fiquei muito alegre em saber que, na CCJ da Câmara Federal, passou a diminuição da maioria penal. Já é um passo para conseguirmos a segurança. Depois que estiver todo mundo preso, a gente faz a profilaxia, que é fazer o social para aqueles que ainda não entraram, porque quem entrou tem que apodrecer na cadeia.

Estou falando por conhecimento de causa, estou falando porque vagabundo sabe. Ele só tem medo de um trem. Nem de cacete tem medo, porque diz que cacete não é santo, mas faz milagre. Ele quer apanhar, mas não quer ir para a cadeia. Então, coloque na cadeia! Estou falando, porque são trinta anos de polícia.

Não querendo plagiar, mas Newton Cruz falou, um dia: "Prendo, bato e arrebento". Vagabundo tremia. Não sou a favor da volta da ditadura, mas isso tem que ser dito para vagabundo: prendo, bato e arrebento. O que não dá é o cidadão de bem ser arrebatado, o que não dá é o cidadão de bem ser massacrado por vagabundo. Todo dia a gente vê os pais perderem seus filhos, os pais serem mortos, e os vagabundos todos soltos. Espera lá!

Então, eu vim aqui hoje agradecer a benevolência de vocês. Sei que muitos contestam o que estou dizendo. Espero que ninguém seja vítima para vir concordar comigo. Espero isso. Mas botem a mão na consciência. Eu sou a favor de que temos que dar educação, temos que fazer o social, mas não podemos perder de vista que hoje o cidadão de bem é um preso em potencial. Não tem um aqui que não esteja dentro de uma cadeia. Todos nós! E o vagabundo, solto.

Na minha casa tem um muro de quatro metros, e ainda coloquei cerca elétrica, coloquei um cachorro e durmo com a arma na mão. Quando dá duas horas que dormi, acordo meu filho e digo: "Agora é a sua vez, fique lá também". Porque nós não aguentamos mais. Hoje a situação está desse jeito.

Então, meu pessoal, vim aqui hoje dizer para vocês que o que vocês pedem, pela primeira vez, a Câmara Federal deu para vocês, que é a diminuição da maioria penal, lá na CCJ.

DEPUTADO JOE VALLE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, compreendendo a especialidade do nosso companheiro, firme, forte, delegado, Dr. Michel, entendo toda essa sua motivação, nós temos uma premissa básica de que não há um gene no menino, quando ele nasce, marcando que ele vai ser bandido.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	

Ele não nasce bandido, ele nasce uma criança como todas as outras e o meio em que ele vive, a falta de recurso, a falta de ambiente é que o transforma ao longo do tempo. Então, no fundo, todos nós devíamos ser presos – os políticos, os gestores, que muitas vezes faltam em fazer o que deveria ser feito no nosso País.

Eu vejo que todo esse processo – mesmo já tendo sido vítima, não eu, mas uma filha minha muito jovem – só superlota as cadeias, só aumenta. As penas não servem porque os indivíduos não se corrigem. Há uma série de processos e há um custo altíssimo para a sociedade manter essas pessoas nesse sistema.

Então, a saída, definitivamente, não é, no meu entendimento... É lógico, respeitando a opinião do colega que tem um currículo vastíssimo, foi uma pessoa muito respeitada, é uma pessoa muito respeitada em Sobradinho pelo trabalho que fez, mas a saída definitivamente não é essa. Daqui a pouco, teremos que diminuir para 14 anos, vamos diminuir para 12, daqui a pouco teremos que fazer os bercinhos presídios, porque o pessoal vai aliciando e a solução no longo prazo não é essa. Nós vamos ter 2 milhões, 5 milhões, 50 milhões de pessoas nas prisões.

Então, na realidade, acho que o foco da sociedade tem de ser em cima da educação. Temos que gastar mesmo com educação! Temos que investir cada centavo na educação. Cada um de nós tem que se juntar pela educação para fazer uma educação inclusiva, uma educação decente, um trabalho para que as nossas crianças se sintam cidadãs, para que nossas crianças cresçam com vontade de mudar o País para melhor e não para levar vantagem em tudo, como muitas vezes estamos vendo as pessoas crescerem com exemplos muito ruins.

E a nossa Capital, especialmente, a Capital da República, a Capital do Brasil precisa ser esse espelho da boa política. Nós precisamos que Brasília seja vista no Brasil de outra forma, não esse processo todo pelo qual somos vistos.

Então, eu gostaria de deixar aqui registrado que estou trabalhando para que isso não precise acontecer. E tenho trabalhado para melhorar a educação em todos os momentos.

Acabo de fazer um pronunciamento em que citei que os governos e os governantes, muitas vezes, tomam suas decisões dentro dos seus gabinetes e nada acontece com eles. Absolutamente nada! Mas não haver uma escola ou uma quadra coberta leva esse menino para a rua e esse menino vai ser aliciado por esse crime que está aí já, desviando de todo o processo, e nada acontece com esse gestor, absolutamente nada! Ele é trocado! Daqui a pouco ele sai, acaba o governo e ele vai para sua casa cuidar dos seus filhos, e esses meninos que ficaram na rua e que se desviaram vão estar lá para o resto da vida.

Então, temos que mudar, sim, mas mudar a maneira de encarar os fatos e fazer gestão de forma séria, imputando responsabilidade aos gestores públicos para que eles possam ter mais responsabilidade com a coisa pública e aí, sim, conseguiremos melhorar a qualidade de vida de todos.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 28

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Eu peço muita vênia ao Deputado Joe Valle, que é um Deputado que eu respeito muito.

Vejo que falar é muito fácil, mas ninguém aqui nunca foi num orfanato adotar uma criança. Quantos aqui têm criança lá? Quantos já pegaram esses marginais e levaram para casa? Ninguém quer! O que não pode é a população ficar sofrendo. O que não pode é sermos vítimas diuturnamente daqueles que são malfeitores porque se favorecem de uma legislação fraca, de uma legislação que só dá benefício a eles.

Eu duvido e discuto aqui: pega uma desgraça dessa e leva pra casa. Pega! Eu duvido quem pegue. Ninguém leva! Então, se ninguém quer levar pra casa, leva pra cadeia. O Estado tem que ser responsável lá na cadeia, porque nós não aguentamos mais.

Eu vou fazer 51 anos, faz no mínimo 50 que eu ouço falar dessas desgraças que existem hoje. "Ah, mas o homem é produto do meio." Se fosse assim, eu estaria na Papuda. Cada um procura os seus lugares, cada um procura fazer o que é melhor pra si.

Eu quero ver é falar para uma mãe que perdeu um filho, morto por um menor, que ela tem de perdoar. Isso é muito fácil. É muito fácil! É muito fácil! Agora, eu digo pra vocês, e discuto com qualquer um, vou a qualquer lugar: está na hora de tomar uma providência séria! Respeito muito a opinião do Deputado Joe Valle, um grande Deputado. Respeito outras opiniões. Sei que há muita gente aqui que trabalha com o social, mas só o social não resolve.

O ECA é o melhor estatuto que temos. Ele tem nível de primeiro mundo, só que estamos no terceiro mundo. No setor P, na Ceilândia, há uma usina de lixo que tem tecnologia francesa, mas só vive quebrada, porque o nosso lixo não é o mesmo. Da mesma forma acontece com o ECA. O ECA não serve para nós. Temos que colocar essa molecada na cadeia.

E, digo mais, não é com 16 anos, é como está escrito no art. 19 do Código Penal, o crime é imputável àquele que, no momento da ação ou da omissão, tinha capacidade de entender o caráter ilícito do fato. Se ficar provado que, apesar de ter 10 anos, ele sabia que estava cometendo um crime, não há como não o responsabilizá-lo. Por outro lado, nós temos pessoas com 30 anos, 35 anos a quem os crimes são inimputáveis, porque não têm capacidade de entender o caráter ilícito do fato. Nesse caso, sim. Aquele que comete o crime sem ter a capacidade de entender o que está fazendo temos que respeitar.

Estamos em um mundo globalizado e a lei é de 1940. O art. 19, do Código Penal... O pessoal fala que é no ECA, que é de 1990, mas é no art. 19 do Código Penal, de 1940. Em 1940, você saía dos rincões do Nordeste e, para chegar aqui, eram necessários quarenta dias. Hoje, você sai daqui, pega um avião, toma banho no Ceará, almoça, pega o avião e está aqui no mesmo dia, ou seja, estamos no

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 29

mundo globalizado, em que as informações chegam a todos os lugares. Mas ficam esses menores se prevalecendo de uma legislação arcaica, antiga, fazendo maldades com os outros.

Então, a minha indignação não é com o menor. O menor tem que ter toda a fidalguia. Aquele menor que está em situação de risco, temos realmente que incluí-lo. Agora, aquele que entrou na criminalidade... "Ah, porque o home é produto do meio?" Se o homem fosse produto do meio... Eu vou dizer uma coisa a vocês: eu não estaria aqui!

Então, eu respeito todas as opiniões, mas digo a vocês: enquanto não tomarmos a decisão de que temos que encarcerar, seremos presos em potencial. E não tem ninguém que não esteja preso. Se não está em uma casa, está em um apartamento. Duvido quem sai de algum lugar e entra no carro sem medo. Duvido quem não tem preocupação com a segurança de seus filhos. Dizem que filho criado é trabalho dobrado. Eu tenho filho criado. "Onde você está? O que você está fazendo?" Estou neurótico com essa vagabundagem. E duvido que alguém aqui também não esteja. E ainda vou dar vida boa para vagabundo? Vida boa é para nós que trabalhamos. Vida boa é para quem cumpre com o pagamento dos seus impostos, é para quem não é ladrão.

E digo mais, tem que ir para cadeia o deputado ladrão. Todo aquele que é ladrão tem que ir, de deputado a ladrão de galinha. E como se explica o Deputado que rouba? É o meio? O meio, o diabo, porque aqui não estou no meio de ladrões. Então, não faço parte do meio. Então, como é que ele rouba? O Deputado que está roubando, não digo aqui, mas onde há um deputado roubando, é produto do meio porque viu todo mundo roubando? É porque é sem vergonha!

Então, eu vou dizer com muita sinceridade para vocês: bandido bom é preso!

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, embora eu respeite a opinião do Deputado Dr. Michel, não poderia deixar de falar e dizer que discordo totalmente dessa lei. Tomara que não tenha sido aprovada no Congresso Nacional hoje.

Temos lido muito. Nos países onde a menoridade penal foi implementada não diminuiu em nada a violência! Isso é fato constatado. Inclusive, em alguns estados dos Estados Unidos, já estão revendo a lei e voltando ao normal.

Então, hoje, infelizmente a nossa sociedade acha que com a violência poderemos diminuir a violência. Eu não acho que é com violência que vamos resolver a violência. Nós temos o ECA, que é um estatuto brilhante, que pune crianças acima de 12 anos, mas infelizmente a sociedade acha que é mais fácil pegar os jovens e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 30

tacar na cadeia, punir, prender, bater. Isso não resolve, isso não vai diminuir em nada a violência.

Então, torço para que consigamos reverter isso no Congresso Nacional. Que esta Casa também realize esse debate, porque aqui no Distrito Federal temos muitos jovens vulneráveis, que cometem infração. É lógico – e eu concordo com isso – que, dependendo do crime que o jovem cometa, ele tem que ter um tratamento diferenciado. Um jovem de 12 anos que comete um homicídio não pode ter o mesmo tratamento de um jovem que rouba um pacote de bolacha no supermercado. O Estado precisa ter um cuidado diferenciado com isso. Mas daí a querermos agora pegar qualquer jovem que comete crime e já tratar como um criminoso e tacar na cadeia, como disse o Deputado Joe Valle aqui, é lamentável.

Eu espero que o nosso País, a nossa população, a nossa sociedade entenda que o que este País precisa é educar os nossos jovens, dar uma igualdade de condições para ele viver, socializá-lo mais, porque uma lei como essa só vai colocar na cadeia também jovens pobres, negros, como já acontece hoje em dia.

Então, lamento. Espero que nós possamos impedir que deem continuidade a esse projeto. E, se for aprovado, que possamos urgentemente rever a lei e impedir que ela continue como está. Existe o ECA, mas, como bem disse o Deputado Dr. Michel, infelizmente ele acaba não sendo cumprido, as autoridades acabam não o conhecendo, e aí é mais fácil pegar o jovem e tacar na cadeia.

Era isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu pedi a palavra para antecipar a minha inscrição nos Comunicados de Parlamentares, em razão do tema que está sendo debatido neste momento.

Primeiro, eu quero parabenizar os Parlamentares que trouxeram essa discussão para esta Casa. Em segundo lugar, quero falar da importância, da relevância deste tema, Deputado Joe Valle. É um tema que vem sendo debatido há muito tempo no nosso País, tanto que, salvo engano, o projeto é de 1993. E confesso a V.Exas. que, a princípio, eu sempre me posicionei contrariamente à redução; mas, à medida que o tempo vai passando e nós vamos verificando que cada vez mais os crimes vêm sendo cometidos principalmente por pessoas de idade inferior a 18 anos, isso vai levando a uma reflexão.

Eu verifico que, se reduzirmos a maioria para 16, 15 ou 14 anos, o que vamos conseguir no primeiro momento, efetivamente, é fazer com que o traficante mude a sua rota. O criminoso, em vez de procurar a pessoa de 17, vai procurar a de 14, a de 15.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		31

Independentemente de nós termos certeza de que não resolverá o problema da criminalidade a simples redução, hoje eu confesso que estou muito propenso a entender que devemos, sim, reduzir a menoridade, primeiro porque já reduzimos quando outorgamos ao garoto de 16 anos uma das maiores missões, uma das maiores responsabilidades que um cidadão pode ter, que é escolher os seus representantes, escolher os seus Parlamentares. Tudo bem que é facultativo, mas, de qualquer maneira, é uma responsabilidade que ele assume.

Além disso, nós precisamos inverter o fluxo que estava sendo dado a este País. Por uma série de razões – aí nós não estamos aqui discutindo exatamente essa questão –, nós estamos estimulando há muito tempo o ócio, nós estamos estimulando que as pessoas não trabalhem. A partir do momento em que nós conjugarmos o trabalho com a responsabilidade – quando empregamos as pessoas, quando as pessoas assumem responsabilidades –, aí sim nós, possivelmente, poderemos, até como efeito reflexo, reduzir a criminalidade. Eu digo isso, inclusive, por experiência pessoal. Comecei a trabalhar com 12 anos de idade. Com 14 anos já estava com a carteira assinada. Com 20 estava casado. E com 21 já era pai de família.

Então, a responsabilidade virá não apenas pela questão de ordem cronológica, ela virá principalmente pela responsabilidade que se pode atribuir às pessoas. Hoje, ao se pegar uma pessoa com dezesseis anos de idade, você não pode achar que está lidando com alguém inimputável. Aquela pessoa tem noção, quase sempre plena, daquilo que está fazendo.

É necessário que a gente, de uma vez por todas, consiga fazer uma discussão muito séria, suprapartidária. Não tem nada a ver com questão ideológica ou partidária, mas com verificar qual é a sociedade que queremos. Nós queremos uma sociedade que protege o indivíduo que está prestes a completar 18 anos e, de uma forma deliberada, pratica um crime sabendo que ele não será punido? Houve um caso recente de uma pessoa que, faltando um dia para completar 18 anos e atingir a maioridade penal, cometeu um crime e admitiu esse fato em um vídeo!

Então, eu acho que é importante, sim, que nós possamos discutir em todos os foros importantes, inclusive nesta Casa, para que nós, sei lá, de repente possamos tirar daqui uma série de sugestões que possam, de alguma maneira, minorar a questão da violência que assola esse País.

Hoje nós perdemos conceitos, perdemos valores. Muitas vezes as pessoas, até pelo afrouxamento de algumas interpretações, dizem que não sabem que aquilo é certo, ou que aquilo é errado; que aquilo é lícito ou não é lícito. Enfim, eu acho que é importante, sim, discutirmos.

A princípio, sou propenso a entender que, a partir dos 16 anos, desde que com a responsabilidade decorrente de trabalho, as pessoas tenham plenas condições de saber exatamente o que estão fazendo. Mas, acima de tudo, eu acho que é importante que encontremos mecanismos, e talvez aí seja uma das portas de saída,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 32

para de uma vez por todas reduzir drasticamente o índice de violência que nós temos, não apenas no Distrito Federal, mas no Brasil inteiro, e que é agravado por ações daquelas pessoas ditas inimputáveis. Essas pessoas não devem ser consideradas inimputáveis pelo fato de terem uma idade inferior a 18 anos. O que se precisa aferir é se realmente aquela pessoa tinha noção plena daquilo que estava realizando.

O que eu vejo é que muitas vezes pessoas são acometidas por enfermidade e nem sempre têm noção plena daquilo que fazem, mas em razão da enfermidade, o que não significa dizer que é uma questão cronológica.

Então, eu quero, por meio dessa minha manifestação, parabenizar os Parlamentares – salvo engano, foi iniciativa do Deputado Dr. Michel –, enfim, todos que se manifestaram. Ao Deputado Ricardo Vale, ao Deputado Dr. Michel, porque esse tema é de suma importância, não apenas para o Brasil, mas principalmente para o Distrito Federal, que criou durante muito tempo – graças a Deus isso foi acabando com o tempo – a ideia da inimputabilidade, não apenas devido à questão cronológica, mas também pelos laços familiares ou funcionais de pessoas que antigamente abusavam dessa situação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ambulantes, quero dizer a vocês que entrei com um requerimento nesta Casa pedindo ao Governador que envie à Câmara Legislativa projeto de lei que regulamente a profissão dos ambulantes do Distrito Federal. Isso para dar dignidade a quem realmente trabalha no dia a dia e também para garantir o meio de sobrevivência de suas famílias.

Outro item que neste momento trago à tona é a questão da Ordem do Dia. Já estamos na Câmara Legislativa há três meses desta nova Legislatura, e percebi que há mais de cem itens que trancam a pauta de votação. Sugiro aos Deputados que, no Colégio de Líderes, decidam pôr fim a esse congestionamento de projetos e moções que estão trancando a pauta da Câmara Legislativa, para dar agilidade a outros projetos que também precisam ser votados.

Quero fazer menção e pedir o apoio dos Deputados para que se aprove a Moção nº 31, de 2015, de minha autoria. É uma manifestação de pesar pelo falecimento do sambista Manoel Frederico Soares, mais conhecido como Manoel Brigadeiro. Manoel Brigadeiro é Cidadão Honorário de Brasília, compositor, servidor público aposentado pelo Ministério dos Transportes e morou na Capital Federal desde 1974. É autor de mais de cem composições, com sambas gravados por nomes

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

como Ciro Monteiro, Alcides Gerardi, Isaurinha Garcia, Carmem Costa e Jair Rodrigues. Então, peço aos Srs. Deputados que nos ajudem a aprovar essa moção de pesar por Manoel Brigadeiro.

Há outro item para o qual quero chamar a atenção. Na verdade, é uma nota de repúdio contra a postura de Bruna Pinheiro, presidente da Agefis, que numa reunião do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, disse sentir náuseas de quem mora em condomínios e ainda acusou os moradores de grileiros e invasores. Isso trouxe para aqueles moradores uma verdadeira indignação – minha também –, porque o bairro Jardim Botânico, pela sua antiguidade, merecia já ter sido legalizado.

A presidente da Agefis, de maneira infeliz, em vez de procurar levar solução àqueles moradores, levou foi insulto, provocação. Isso, a meu ver, é um desserviço não só ao Governador Rodrigo Rollemberg, ao Governo do Distrito Federal, como também à população de Brasília, pois ela está ali para servir ao público, não para fazer chacota de quem quer que seja.

Sou mais enfático ainda: dos verdadeiros invasores, dos verdadeiros grileiros, ela não consegue ir atrás. Ela deixa as pessoas ocuparem as áreas, construírem suas casas, para depois ir lá derrubar. A Agefis, para mim, deve trabalhar de maneira preventiva, evitando que essas ocupações irregulares ocorram, porque isso traz desgaste e traz também má qualidade de vida à população.

Não se consegue controlar esse crescimento desenfreado do Distrito Federal. A dona Bruna, em vez de procurar criticar quem está morando nessas regiões há bastante tempo, devia procurar, de alguma forma, legalizar a situação de quem vive nesse local e ir atrás dos verdadeiros grileiros e das pessoas que cometem crime contra o Erário e também contra o Estado.

Quero pedir aqui, de público, que o Governador Rodrigo Rollemberg afaste a Bruna da direção da Agefis. Não há mais condições de ela continuar à frente desse órgão, pois não consegue fazer nem uma coisa nem outra. Persegue quem realmente quer trabalhar, mas quem comete crime de verdade, dessas pessoas não vão atrás e não procuram trabalhar de maneira preventiva. Não se pode deixar construir, para depois derrubar. É o caso, por exemplo, de São Sebastião, do Sol Nascente e de diversas outras áreas do DF.

Há indignação de minha parte se um pai de família que construiu, gastou o que não tinha para construir o seu barraco, a sua casa, depois de muitos anos vê o trator derrubar. Por esse motivo, quero que se reveja o papel da Agefis, quais são suas verdadeiras obrigações e o que ela faz de fato.

Fiquei sabendo por alto que a Agefis tem em torno de mil servidores. Onde estão esses servidores para fiscalizar, de verdade, o Distrito Federal? Fiscalizar de maneira preventiva, e não deixar que as pessoas construam para depois ir lá e derrubar.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 34

No caso desses trabalhadores que estão aqui, os ambulantes, eles são trabalhadores. Temos que encontrar uma maneira prática de resolvermos o problema deles. Queremos que o Governador envie a esta Casa um projeto de lei que regulamente a profissão dos ambulantes, feirantes e trabalhadores em geral.

Agradeço aos Srs. Deputados e peço ao Líder do Governo que leve ao Governador Rodrigo Rollemberg minha indignação com relação à presidente da Agefis.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, senhoras e senhores. Vejam o rumo que tomou o debate nesta Casa legislativa distrital. Chegamos a esta Casa para discutir e debater de forma até fervorosa um tema de natureza federal. Não podemos condenar, tal é a relevância do tema, mas não podemos deixar de perceber que sempre chegamos ao mesmo ponto.

Vou resumir aqui com as palavras do Deputado Dr. Michel, que se posicionou veementemente a favor da redução da maioria penal, e do meu amigo Deputado Joe Valle, que se posicionou em sentido contrário.

Aí chegamos aqui a esta questão – um diz que tem que fechar e botar mesmo na cadeia menor que comete alguma infração que, depois, com a mudança da lei, pode virar crime; o outro diz que tem que investir em educação.

Então, vamos chegar aqui a uma conclusão básica. Se investirmos em educação, diminuiremos a criminalidade? Acho que isso é um ponto comum; acho que isso é consenso! Se é consenso, por que não se investe em educação? Nós temos uma lei muito respeitada e admirada da época do governo do partido do Deputado Raimundo Ribeiro, uma lei fundamental para o equilíbrio das contas públicas deste país: a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, neste momento, Deputado Prof. Israel, essa lei limita a contratação de professores para a rede pública de ensino do Distrito Federal! Nós temos muitas crianças sendo liberadas mais cedo da escola porque não há professor! Essas mesmas crianças liberadas mais cedo ficam vulneráveis ao crime.

Portanto, senhores, ainda que esta seja uma Casa Legislativa Distrital, vou levantar aqui um debate de natureza federal. Por que não criamos a lei de responsabilidade da educação? Coloquemos na cadeia os mesmos ímprobos gestores que não cumprem essa lei e permitem que crianças fiquem vulneráveis na rua, sem educação! Nós temos o poder de legislar sobre o futuro das crianças, mas elas não têm o poder de legislar sobre o nosso futuro, e aí me insiro, político que sou neste momento! Se esses jovens pudessem criar leis, será que eles não nos tirariam o foro

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		35

privilegiado, foro esse que muitas vezes se confunde com impunidade? Se esses jovens pudessem legislar, será que eles também não nos poriam na cadeia por não aplicarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina, de acordo com a Constituição Federal, que as crianças têm que estar na escola?

Legislar para botar criança na cadeia é fácil! Agora, legislar para os mesmos políticos, parlamentares federais que já foram, muitos deles, prefeitos e não cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal, não investiram o percentual constitucional estabelecido na Constituição Federal, que já foram governadores e não cumpriram os mesmos investimentos percentuais obrigatórios em educação, não é fácil! Se as nossas crianças pudessem legislar, os políticos brasileiros, talvez nós, estariam na cadeia por não cumprir a lei que garante o acesso à educação! Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de prestar um esclarecimento, se me permite, Deputado Reginaldo Veras.

Não é a Lei de Responsabilidade Fiscal que está a impedir a contratação de professores. O que está a impedi-la é a ultrapassagem do limite prudencial, ultrapassagem essa que fez com que a Lei de Responsabilidade Fiscal fosse convocada.

Eu gostaria só de deixar esse esclarecimento para que não fique parecendo que a lei trouxe um efeito maléfico. Não, ao contrário! Ela foi convocada porque o governo anterior excedeu o limite prudencial, o que impediu que este novo governo fizesse novos gastos ou, se for o caso, investimentos, como a contratação de professores. Como muito bem lembrado, foi no governo do PSDB, dos tucanos, Deputado Chico Vigilante, que a Lei de Responsabilidade Fiscal, um dos maiores avanços que tivemos neste país no ordenamento jurídico, foi promulgada, e contra o voto do PT.

DEPUTADO REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Obrigado pela explanação, Deputado Raimundo Ribeiro.

Só gostaria de deixar claro que a Lei de Responsabilidade Fiscal é, sim, importante. No entanto, mais importante do que ela seria criarmos a lei de responsabilidade educacional. Ainda que seja uma matéria de natureza federal, há espaço para que adotemos procedimentos legislativos semelhantes no Distrito Federal. Aí sim não estaríamos aqui discutindo a redução da maioria penal.

Um percentual significativo desses crimes ou dessas infrações não aconteceria, se nós tivéssemos uma escola integral, plena, de qualidade, se a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 36

sociedade assumisse esse compromisso. A sociedade paga por compromisso que não assume. Quando digo sociedade, refiro-me a todos nós aqui: cidadãos, Parlamentares e quem mais está presente neste plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Com relação à redução da maioria penal, quero ressaltar que, quando um governo, seja ele qual for, investe mais em presídios e menos em faculdades, universidades; quando investe mais em Cajes e menos em creches e escolas, significa que há alguma coisa errada com esse governo. Eu digo governo seja ele qual for.

A meu ver, para acabar com a marginalidade, não só em Brasília mas também no País e no mundo todo, temos que trabalhar três coisas: a educação, a família e o Estado. Tem de haver um trabalho conjunto, um esforço conjunto: sociedade, Estado e família.

Agora, como se consegue obter êxito, se as leis que estão surgindo em nosso País no dia a dia são para destruir as famílias, são para trazer mais confusão à cabeça das crianças? Um exemplo é a lei que prevê que meninos e meninas poderão escolher o banheiro que quiserem frequentar. Isso dá um nó na cabeça de qualquer cidadão civilizado neste País. É preciso também rever esses conceitos, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente. É preciso rever a situação, sim.

Eu acredito que deveriam acabar com os presídios. Acabar com os presídios significa que haverá mais escolas e mais famílias estruturadas, pois os presídios não serão mais necessários, porque teríamos uma civilização altamente equilibrada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Lira.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero falar de outro assunto que não foge tanto a este.

Eu já trouxe a esta tribuna, algumas vezes, o assunto de interesse dos agentes socioeducativos que estão aí.

Eu estive na Secretaria, há mais ou menos trinta dias, pedindo que renovem os contratos do pessoal que ficou excluído. Parte do pessoal teve o contrato renovado no início do ano. Depois, não renovariam os demais. Disseram que havia um problema relacionado a uma decisão do Tribunal de Contas. Eu fui ao Presidente do Tribunal de Contas e verifiquei que esse órgão deu autorização ao governo para manter esse pessoal e para renovar esses contratos, ou seja, os contratos podem ser renovados. Hoje tive a informação de que esses contratos não serão renovados porque a Secretaria não quer.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		37

Então, ficamos, muitas vezes, como bobos, porque vamos à Secretaria para resolver um problema. Ela diz que quer resolver o problema e alega que há uma decisão do Tribunal de Contas. Vamos ao Tribunal de Contas para que reveja essa decisão. Agora a Secretaria diz que não vai renovar os contratos.

Eu queria pedir aqui, na presença do nosso Líder de Governo, que converse com o nosso Governador e peça a ele que não deixe esse pessoal na rua também. Eu não sei se foi ontem ou se foi hoje, mas sei que houve fuga de dois detentos menores infratores. Então, para que isso não ocorra novamente, não deixe esse pessoal desempregado. Que se renovem os contratos dessas pessoas até que seja realizado o concurso público.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rafael Prudente.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu acho que é fundamental esclarecermos uma questão com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, Deputada Celina Leão. Essa lei deixa claro que, mesmo atingindo o limite prudencial, fica autorizada a contratação de trabalhadores da educação, da segurança e da saúde. São essas as três áreas excetuadas nesse caso. Portanto, o governo pode contratar. E não é só o Governador do Distrito Federal que pode contratar. Qualquer governo poderá fazer isso.

Eu quero falar de outro assunto muito importante. O Diário Oficial de sexta-feira, dia 27, publicou o Relatório de Execução Orçamentária do primeiro bimestre. Nele consta o seguinte sobre a despesa com pessoal: a) a dotação orçamentária é de R\$16.929.563.105,00 (dezesesseis bilhões, novecentos e vinte e nove milhões, quinhentos e sessenta e três mil, cento e cinco reais); b) o valor do primeiro bimestre, que foi gasto agora em 2015, é R\$2.620.351.286,97 (dois bilhões, seiscentos e vinte milhões, trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos).

Com base nesses dados, é possível projetarmos a despesa de todo o ano de 2015, que dá R\$15.722.107.721,82 (quinze bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, cento e sete mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e dois centavos). Saldo para pagar os reajustes salariais: R\$1.207.455.383,18 (um bilhão, duzentos e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e sete centavos). Valor do reajuste no ano: R\$600.000.000 (seiscentos milhões de reais). É fácil concluir, então, que se tem dinheiro para pagar o reajuste dos servidores.

Por isso, Sra. Presidenta, Deputada Celina Leão, V.Exa. fez muito bem em pedir que a Casa se debruçasse sobre os dados e oferecesse ao Tribunal de Justiça

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		38

do Distrito Federal uma bela matéria escrita, uma peça jurídica escrita por esta Casa no sentido de sustentar a legalidade dos reajustes que foram dados.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores também produzimos um memorial, que foi entregue à Procuradoria, ao Procurador Leonardo Bessa. Entreguei em mãos ao Desembargador Humberto Ulhôa e a todos os sindicatos. E o Governo do Distrito Federal também se posicionou dizendo que tem condições de pagar. Por que o governo disse isso? Por que é bonzinho? Não. Ele tinha sustentado, desde o primeiro momento, que não tinha condições, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Na verdade, é porque estava para sair uma decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal a uma consulta que foi feita – não vou ler na íntegra, mas peço que seja publicada na íntegra nesta Casa – em que o Tribunal de Contas do Distrito Federal sustenta a legalidade das contas do Governo Agnelo Queiroz, dos quatro anos. Portanto, afasta qualquer possibilidade de ilegalidade.

Quanto à questão do limite prudencial, eu estava verificando que o Governo de Pernambuco, que é do PSB, alcançou um índice muito maior, de 47,5%. Aí o interessante é que o Secretário de Fazenda anterior é o governador eleito agora, Paulo Câmara. Logo, a conta do secretário passa para o governador; logo, mostra que não era desleixo.

Portanto, peço a V.Exa. que publique na íntegra esta nota que a nossa bancada produziu. Faço questão de registrar a colaboração fundamental de um companheiro que é funcionário de carreira desta Casa, um catedrático, o Willemann, um funcionário da mais alta qualidade, que nos assessora na bancada do Partido dos Trabalhadores. Essa nota vem coroar aquilo que eu sustentei desde o primeiro momento: que havia dinheiro e que o governo tinha só que cumprir a lei. E provamos, efetivamente, que havia recurso.

Dito isso, vou abordar rapidamente, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. que é professor –, um assunto que me deixou muito triste. Fui ontem, Deputada Celina Leão, ao pátio da garagem da TCB. Fiz um vídeo. Filmei 106 ônibus que foram comprados. Cento e seis ônibus adquiridos através do FNDE estão parados lá, Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque o Secretário de Educação do Distrito Federal, Deputada Celina Leão, preferiu fazer o contrato com uma empresa terceirizada. V.Exa., com razão, batia tanto aqui nesta Casa na questão dessa prestação de serviço, porque é de péssima qualidade. Portanto, essa empresa não tem nenhuma condição de oferecer o serviço, especialmente aos menores estudantes especiais. Estão lá os ônibus, todos com acessibilidade. Antes funcionavam com monitores para acompanhá-los de casa para a escola, da escola para a casa. E estão lá parados. Deu-me pena!

Eu faço um apelo. Governador Rodrigo Rollemberg, acho que V.Exa. é bem intencionado. Agora, essa turma da Secretaria de Educação do Distrito Federal não dá conta de dirigir, não. Só colocam o Governador em enrascada, só colocam o Governador em problema.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		39

Portanto, é preciso que o Governador imediatamente reveja esse assunto. Não estou pedindo para S.Exa. demitir não, porque quem demite é o Governador e quem nomeia é o Governador. Eu não quero ser governador para não ter que nomear ninguém. Por outro lado, a população não pode ser prejudicada da maneira que foi.

Eu ouvi ainda agora um cidadão da galeria dizer que o PT está trazendo 100 mil chineses. Eu quero dizer para esse cidadão que o PT já foi acusado de todo tipo de mentira. Agora, essa, eu nunca tinha ouvido falar. O PT jamais vai permitir que chinês saia da China para ser explorado no Brasil. Portanto, vocês que são ambulantes de verdade, no que depender da gente, saibam que não virá chinês para cá para atralhar a vida de vocês, não.

O que nós queremos é a legalização de vocês. O que nós queremos é que vocês sejam respeitados como trabalhadores. Ninguém é ambulante porque quer ser ambulante. Ninguém gosta de viver na chuva e no sol, sem ter nem um banheiro para fazer as suas necessidades. A vida de um ambulante é realmente terrível. Ninguém quer ser ambulante para um cachorro sair correndo atrás e tomando as coisas de vocês. Ninguém! Foi a última opção que restou para vocês. Portanto, vocês têm que ser respeitados. O PT jamais trará chinês para o Brasil.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu trouxe aqui alguns dados interessantes que já tinham sido abordados pelo Deputado Wasny de Roure.

Eu fico feliz de saber que os cálculos e aquela previsão catastrófica de início não irão se concretizar. Dessa maneira, Deputado Chico Vigilante, já que há respaldo financeiro para isso, esta Casa tem que se empenhar para que sejam chamados, o mais rápido possível, os professores concursados.

Ontem mesmo, eu soube que a sua assessoria esteve na frente do Palácio do Buriti com uma comissão de aprovados que eu venho acompanhando há algum tempo, para pressionar o Governador a fazer convocações. Chega de contratação temporária. Tivemos um concurso, e está todo mundo lá para ser nomeado. Já que temos previsão financeira, vamos contratar. Aí sanaremos um dos problemas críticos aqui do Distrito Federal.

Eu volto a dizer que acredito muito no Governador Rodrigo Rollemberg e no Secretário Júlio Gregório, mas eles têm que colocar a máquina para funcionar. Então, convocação já de todos os concursados aqui no Distrito Federal e abertura imediata dos concursos de várias áreas que estão carentes de profissionais aqui no Distrito Federal, senão a máquina para.

Obrigado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		40

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Eu gostaria de trazer um informe aos Deputados que estão presentes. A Câmara Legislativa iniciará algumas visitas técnicas, que devem ser feitas institucionalmente pelo Poder Legislativo, a hospitais, creches e locais em que o Poder Legislativo tem que estar presente. Os próprios Parlamentares sugeriram que tirássemos uma quinta-feira ou outra para que a Câmara Legislativa visitasse hospitais, escolas públicas, seguisse uma sequência de visitas técnicas, que é o nome que a Casa colocará, para que esse Poder realmente faça uma análise do que nós estamos efetivamente fiscalizando – que é o nosso papel, que é muito importante – e fazendo relatórios e cobrando do Poder Executivo providências.

Quanto a essa questão dos professores concursados, que o Deputado Prof. Reginaldo Veras aborda, o mais triste de tudo isso é ver a pessoa concursada na vaga de temporário. Tem muita gente que passou no concurso e está fazendo uma hora extra na vaga de temporário. A pessoa já passou no concurso e poderia ser efetivada.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente Celina Leão, na verdade, peço a palavra em função dessa discussão que o Deputado Chico Vigilante trouxe aqui, sobre os 130 ônibus parados, novos, no pátio da TCB. Eu, há mais ou menos trinta dias, alertei sobre essa situação. O contrato já estava pronto para ser renovado. No momento em que alertei aqui, falei também que, além de prejudicar essas crianças com deficiência e toda a população que utiliza esses ônibus, 230 motoristas e 230 monitores foram mandados embora e estão desempregados. E o contrato estava prontinho! Causa-me estranheza que, em vez de o Secretário de Educação dar continuidade a esse processo que já estava pronto, deixe esses ônibus de lado, não repare que já havia um processo em curso e contrate outra empresa com ônibus velhos e sem condições.

O Líder de Governo não está aqui, mas queremos deixar isso registrado, para que o governo, a Secretaria de Educação possa voltar atrás, nesse processo, aproveitar esses ônibus novos e recontratar esses 230 motoristas e 230 monitores que já trabalhavam nesse sistema.

Era isso o que eu tinha dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 31 03 2015	Horário Início 15h35min	Sessão/Reunião 23ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 41

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Presidente Celina Leão, parabéns por ter aqui anunciado as visitas técnicas que esta Casa Legislativa fará. Relembro, na presença da Deputada Luzia de Paula e do Deputado Rafael Prudente, membros da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que a própria comissão já aprovou essas visitas técnicas. Melhor que elas não sejam feitas só no âmbito da comissão, mas, sim, de toda a instituição. Nós, da comissão, aprovamos e estamos juntos com V.Exa. nessas visitas, que nem chamo de visitas, mas de diligências, tal a gravidade nas áreas de educação e saúde. Algumas já começaram, Deputada Celina Leão.

Eu e a Deputada Luzia de Paula estivemos no Centro de Ensino Médio nº 10 do Setor P Sul, para fazer uma visita, que não é técnica, porque não somos engenheiros, mas não se precisa de engenheiro para descobrir que a situação lá é crítica. Veja que situação de insegurança interessante: um laudo de engenheiros ligados à Secretaria de Educação condenou a escola e disse que ela poderia desabar. Outro laudo disse que não. A probabilidade é de 50%, Deputado Ricardo Vale. Se há possibilidade de a escola desabar com estudantes dentro, o que temos de fazer? Tirar os meninos de lá. Mas eles estão lá. Sinceramente, se eu fosse professor daquela escola – tenho vários professores amigos lá –, pediria a remoção, porque o risco é grande. Essas visitas técnicas são fundamentais para este Poder Legislativo exercer sua outra função: a de fiscalizador. Que cobremos do Poder Executivo providências, para que se corrijam os problemas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é o seguinte: tenho ido a alguns postos de saúde, como também a algumas UPAs um pouco de relance. Então, quero sugerir a V.Exa. que seja criada, no âmbito da Câmara Legislativa, a *blitz* da saúde, para podermos fazer esse trabalho de fiscalização. Que sejamos acompanhados por um médico, um especialista, e também por um advogado, para podermos realmente checar o que está acontecendo com a saúde no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Lira.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		42

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, antes de encerrar a sessão, eu queria fazer um registro. Em 2010, quando eu financiava um projeto de crianças no Itapoã, foi feita uma matéria e veiculada no *Fantástico*. Nesta semana, de domingo para segunda-feira, na madrugada, faleceu – eu queria fazer uma deferência a ele – Luiz Quilião, repórter cinematográfico da *Globo*. Ele faleceu na madrugada, aos 57 anos, tinha 34 anos de profissão, sendo 19 só na *Globo*. Ele foi premiado várias vezes, pelo brilhante trabalho que fez. O jornalista também foi homenageado pelas Organizações das Nações Unidas, por conta de suas reportagens.

Fica aqui a minha homenagem. Registro o meu pesar a toda a família, pela perda de Luiz Quilião.

(Assume a Presidência a Deputada Luzia de Paula.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de saudar a galeria, os ambulantes que se fazem presentes aqui, buscando uma legalidade para a sua condição de trabalho. Quero saudar também o pessoal do sistema socioeducativo que veio aqui para que sejam ouvidas as suas reivindicações.

Eu queria trazer um tema a esta Casa que é de extrema relevância. Hoje fizemos uma mesa redonda neste Poder e conseguimos trazer o Secretário de Habitação, um representante da Terracap, da CAOC – Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados, um representante do Sinduscon, um representante da Ademi e do Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia para discutir um tema que consome esta cidade hoje: a falta de legalização para resolver os problemas dos alvarás e dos habite-se do Distrito Federal.

Não temos mais condições de encarar essa burocracia com passividade, como se fosse absolutamente normal você dar entrada a documento em uma administração pública e demorar três, quatro anos para resolver o problema. Fizemos uma mesa redonda e convocamos os entes responsáveis para buscar uma solução ao problema. Conseguimos identificar, Deputado Rafael Prudente, quem está coordenando esse trabalho de desburocratizar todo esse sistema – isso deve ser encaminhado à Câmara Legislativa –, mas pedimos agilidade nesse processo, porque, só os impostos que estão parados significam mais de um bilhão de reais que deixam de ser arrecadados por conta da burocracia do Estado.

O Estado é tão incompetente, que hoje ele deixa de receber, Deputado Rafael Prudente, recursos que as empresas têm de pagar dentro de um projeto que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		43

se chama RIT – Relatório de Impacto de Trânsito. Você tem que desembolsar, mas o Estado não dá conta de analisar, não entrega o alvará, fica tudo parado e não consegue arrecadar. Então, nem para receber um benefício da iniciativa privada, o Estado consegue resolver o problema. É um cenário realmente caótico o que temos hoje no Distrito Federal e que vem se arrastando há muitos anos.

Acredito, Deputado Rafael Prudente, que conseguimos trilhar alguns caminhos. Esta Casa, com certeza, será uma das mediadoras. Vamos buscar, com frequência, essas reuniões, para que tenhamos agilidade por parte do Estado.

Constatamos, na reunião de hoje, Deputado Ricardo Vale, que precisam ser encaminhadas à Câmara Legislativa algumas legislações. Precisamos da participação do Ministério Público nesse processo de encaminhamento, porque, muitas vezes, quando só a Câmara Legislativa e o Executivo fazem esse diálogo, o Ministério Público questiona. Então, vamos ao Ministério Público, colocá-lo como partícipe na solução dos problemas que vivemos. A corrupção é gerada pela burocracia que vivemos no Distrito Federal. Foi uma reunião altamente produtiva. Temos vários problemas no Distrito Federal.

Hoje, a forma como isso é tratado no Distrito Federal privilegia o ilegal. Você só vê construções em que não se precisa de alvará, em que o Estado não recolhe. Então, é realmente um Estado omissivo. É isso que nós hoje pedimos ao Governo do Distrito Federal.

Quero fazer um elogio público ao Secretário Thiago de Andrade, que já veio, inclusive, com várias demandas. Surgiram novas ideias na própria reunião, e eu queria fazer o convite público para os Deputados que quiserem participar desse debate, que é importantíssimo e que envolve todos os Deputados. Por exemplo, as pessoas não sabem que agora não se vai fazer mais alvará na administração. Foi retirada essa competência das administrações. Essa competência hoje é somente de uma gerência que foi criada para liberar os alvarás. Só que, se não houver contratação de engenheiros, arquitetos, vai virar uma central de projetos tumultuados.

Então, é assim: é preciso dar agilidade para tudo isso, separar o grande empreendimento, que precisa de uma vistoria mais detalhada, do pequeno empreendimento, com alvará simplificado, como acontece em vários outros estados. Em São Paulo, você chega, Deputado Rafael Prudente, sai de banca em banca, sai com seu alvará na mão, e o Estado vai arrecadando. Aqui, eu acho que realmente precisamos melhorar esse processo. O Estado já está trabalhando nesse sentido.

O Estado hoje colocou quais são as providências que ele está tomando, as leis que ele deve mandar para a Casa. Quero chamar a atenção também dos Parlamentares para que este ano é um ano de atualização do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Esta Casa tem que participar desses processos também e discutir sobre isso – são temas importantes.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 03 2015		15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA		44

Eu queria convidar todos os Parlamentares a isto. Nós fizemos uma ata da reunião. Quem quiser pode ter acesso ao que foi discutido e participar desse debate que eu acho que envolve todos nós. Qual de nós vai a uma base e não é questionado: "Deputada, que dia que vai regularizar aqui a minha área?", "Deputada, eu entro aqui para conseguir comprar um imóvel e não consigo"? Eu acho que esse debate da regularização fundiária é um debate sobre o uso do solo, e a regularização realmente passa por todos nós.

Nós vamos pedir uma audiência com o Ministério Público. Quem quiser também está convidado para nos acompanhar e tentar uma solução definitiva, porque eu acho que o Poder Legislativo tem que cobrar, e nada está mais escrachado no Distrito Federal hoje do que essa burocracia, que tem emperrado até a geração de receita. Há pessoas que nem acreditam no Distrito Federal mais, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Vão investir em Goiás. É um absurdo um empresário sair do Distrito Federal. Poderia estar aqui gerando emprego e renda. Quantas pessoas hoje estão na informalidade porque não têm emprego e renda?

O Estado, muitas vezes, é omisso com ele próprio. Só para lhe dar uma informação, Deputado Lyra, para V.Exa. que tem uma base grande em São Sebastião, há projetos do próprio Estado parados porque não há engenheiros para analisá-los, e muitas vezes já existe recurso para isso. Nós perdemos recurso do Governo Federal por falta de projeto.

Então, eu acho que tem que haver um levante, uma força-tarefa. É isso que esta Casa tem cobrado e vai continuar cobrando.

Muito obrigada.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – A Deputada Celina Leão traz um tema extremamente importante. Realmente, temos sido muito cobrados por empresários, por moradores por conta da questão dessa burocracia com relação a alvará e habite-se. Eu percebo, Deputada Celina Leão, que, às vezes, a gente até vê uma boa intenção do Estado, principalmente do Executivo. Entra governo, sai governo, e há tentativa da parte do governo resolver essa questão. É aquilo que V.Exa. falou: a cidade acaba ficando parada, engessada, não cresce, não se desenvolve. Os empresários acabam indo para o Estado de Goiás, de Minas porque a burocracia realmente acaba impedindo o desenvolvimento da nossa cidade.

Eu vejo que alguns governos têm – e esse governo também tem, eu já andei conversando com o Governador sobre isto – uma preocupação muito grande com isso. É fundamental que o Ministério Público e o Judiciário participem desse processo porque, senão, só vai ficar na vontade do Executivo e desta Casa. Qual o governo, qual o Deputado que não quer ajudar a nossa cidade, que não quer que a cidade se desenvolva e que os empresários resolvam essa questão dos habite-se?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
31	03	2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

A economia acaba aquecendo, gerando empregos, mas, muitas vezes, esbarra na questão do Ministério Público e do Judiciário. Então, precisamos fazer esse debate realmente com esses dois segmentos, com o Ministério Público e o Judiciário. A vontade política eu já sei que existe e existiu em vários governos, mas essa é uma coisa que esbarra principalmente nessa questão jurídica.

Eu acho que você tem razão. Esta Casa precisa se empenhar e resolver essa questão de uma vez por todas, sob pena de o Distrito Federal ficar numa situação muito mais difícil do que já está. Lá, em Sobradinho, duas empresas acabaram de sair do Distrito Federal por conta dessas questões de burocracia: uma foi para Luziânia e a outra, para Formosa. Se não me engano, a Bunge e a Adubos acabaram de sair aqui do Distrito Federal. Isso diminui a receita, e o Estado já está numa situação difícil.

Parabéns a V.Exa. por trazer esse tema. Acho que temos que resolver, de uma vez por todas, essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Deputada Celina Leão, eu gostaria também de expressar aqui os meus parabéns pelo tema que V.Exa. traz, principalmente quando fala da burocracia, que é um pé de chumbo do Estado brasileiro.

Queria também – iria fazer uso da palavra, mas vou abrir mão – externar a minha solidariedade aos grupos que aqui estiveram, tanto os ambulantes quanto as agências presentes.

Quanto à questão que foi aqui debatida, a da maioria penal, eu quero me posicionar juntamente com o Deputado Joe Valle, Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Ricardo Vale e dizer que não é a diminuição da maioria que vai resolver os nossos problemas, e, sim, o compromisso do Estado e da sociedade com seus filhos. Isso foi colocado, debatido, e é nisso que eu acredito.

Não adianta nós quisermos transferir violência para poder sanar a questão da violência que temos vivido. Nós tínhamos aqui presentes senhoras ambulantes, que não tiveram onde deixar os seus filhos para vir fazer um exercício legítimo de democracia, que é exigir os seus direitos. E nós vimos aqui crianças chorando porque não estavam em local adequado para elas. Isso é que faz gerar os frutos que depois nós queremos exterminar. Será que a sociedade não está simplesmente querendo ser omissa do seu dever e da sua obrigação com os seus filhos?

Muito obrigada, Deputada.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	
31 03 2015	15h35min	23ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem muito rápida também para parabenizar a sua fala de agora há pouco e para lembrar que eu e o Deputado Lira, que está aqui diante de mim, desde que o Governador Rollemberg anunciou o pacote fiscal lá atrás, apontamos como alternativa criativa para fomentar a arrecadação neste momento emergencial que se impunha uma força-tarefa com envolvimento deste Poder, do Poder Executivo, do Ministério Público e dos órgãos de controle. Temos que criar uma força-tarefa partidária para sanar o problema dos condomínios, das ocupações irregulares, dos habite-se da vida. Só a disputa política inócua nesta cidade é que emperra uma solução definitiva para esse problema.

V.Exa., que é muito habilidosa, poderia liderar – eu e o Deputado Lira estamos falando há muito tempo – uma força-tarefa com todos os órgãos competentes. Aí nós já sanaríamos um importante problema do Distrito Federal. Até brinquei com o Deputado Lira, que comentou em outra ocasião que era criança e já se falava dessa questão de regularização. Ele mesmo brincou: “Estou hoje de cabelo branco, e não avançamos no debate. Estamos ainda falando da mesma questão.” Ou seja, é vergonhoso para os Poderes republicanos representados no Distrito Federal que o mesmo problema se arraste há tanto tempo e não apareça nenhuma solução. Parabéns, Presidente, por levantar esse tema.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h20min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 24ª
(VIGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 1º DE ABRIL DE 2015**

7 4 15
M

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Rodrigo Delmasso

SECRETARIA: Deputado Prof. Israel Batista

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 25 minutos

TÉRMINO: 15 horas e 29 minutos

PRESEÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputada Celina Leão – PDT
- Deputado Chico Leite – PT
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cristiano Araújo – PTB
- Deputado Dr. Michel – PP
- Deputado Joe Valle – PDT
- Deputado Juarezão – PRTB
- Deputado Julio Cesar – PRB
- Deputada Liliane Roriz – PRTB
- Deputado Lira – PHS
- Deputada Luzia de Paula – PEN
- Deputado Prof. Israel – PV
- Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT
- Deputado Rafael Prudente – PMDB
- Deputado Raimundo Ribeiro – PSDB
- Deputado Ricardo Vale – PT
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputado Rodrigo Delmasso – PTN
- Deputada Sandra Faraj – SD
- Deputada Telma Rufino – PPL
- Deputado Wasny de Roure – PT
- Deputado Wellington Luiz – PMDB

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Rodrigo Delmasso):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

ATA SUCINTA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 1º DE ABRIL DE 2015

Revisora: Quarta Supervisora: 8 Chefe do Setor: [assinatura] (L/SR/CR)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas das 20ª, 21ª e 22ª Sessões Ordinárias.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Projeto de Lei nº 329, de 2015**, de autoria da Deputada Liliane Roriz.
- **Projeto de Lei nº 330, de 2015**, de autoria do Deputado Julio Cesar.
- **Projeto de Lei nº 331, de 2015**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Projeto de Resolução nº 6, de 2015**, de autoria da Deputada Luzia de Paula e outros.
- **Projeto de Resolução nº 7, de 2015**, de autoria da Deputada Liliane Roriz.
- **Indicação nº 1.920, de 2015**, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras.
- **Indicação nº 2.045, de 2015**, de autoria do Deputado Lira.
- **Indicações nºs 2.046 a 2.051, de 2015**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Requerimento nº 427, de 2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros.
- **Requerimento nº 428, de 2015**, de autoria dos Deputados Wasny de Roure, Joe Valle e outros.
- **Requerimento nº 429, de 2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros.
- **Requerimento nº 430, de 2015**, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros.
- **Requerimentos nºs 431 e 432, de 2015**, de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários.
- **Requerimento nº 433, de 2015**, de autoria do Deputado Julio Cesar.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Rodrigo Delmasso):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

**Expediente lido na 24ª Sessão Ordinária,
em 1º de abril de 2015**

ATA SUCINTA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 1º DE ABRIL DE 2015

Revisora: P. O. Santos Supervisora: S Chefe do Setor: [Assinatura] (L/SR/CR)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Liliane Roriz



PROJETO DE LEI | PL 329 / 2015
(Da Senhora Deputada Liliane Roriz) Em, 01/04/15

L I D O
[Handwritten signature]
Assessoria de Plenário

> SETAS - 000003 <

**Dispõe sobre a concessão
de incentivo financeiro a
catadores de material
reutilizável e reciclável –
Bolsa Reciclagem.**

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

Art. 1º. Fica instituída a Bolsa Reciclagem na forma de incentivo financeiro ao catador de material reutilizável e reciclável, nos termos desta lei.

Art. 2º. A Bolsa Reciclagem tem por objetivo, além de reconhecer a importância e a responsabilidade social e ambiental do catador de material reutilizável e reciclável:

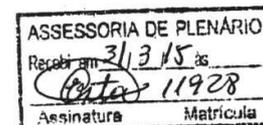
- I – aumentar a vida útil dos aterros sanitários;
- II – manter os recursos naturais;

III – melhorar a qualidade do ar e dos recursos hídricos e o bem-estar da população.

Art. 3º. Para a efetivação do disposto nesta lei, o Governo do Distrito Federal poderá firmar instrumento de cooperação com as cooperativas e associações de catadores de material reutilizável e reciclável.

§ 1º. O instrumento de cooperação a que se refere o "caput" poderá estabelecer a forma de repasse de recursos para as cooperativas e associações de catadores de material reutilizável e reciclável.

§ 2º. O instrumento de cooperação poderá prever contrapartida pela redução de custos de manejo de materiais reutilizáveis e recicláveis decorrente do trabalho de coleta e triagem para reciclagem realizada pelos



[Handwritten mark]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Liliâne Roriz



catadores ou com base no piso de referência do custo de manejo a ser estabelecido em regulamento.

§ 3º. Integram o custo de que trata o § 2º os valores relativos à coleta, ao transporte e ao depósito de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 4º. A Bolsa Reciclagem será concedida mensalmente ao catador, por meio de cooperativa ou associação, nas condições que dispuser o regulamento, com base em apuração de resultados, que guardará proporcionalidade com a quantidade e a qualidade dos materiais reutilizáveis e recicláveis triados ou coletados, com prioridade para os serviços de coleta externa e triagem em linha de produção.

Art. 5º. São condições para o recebimento da Bolsa Reciclagem pelo catador:

I – integrar cooperativa ou associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II – desempenhar atividade relacionada à catação e manejo de material reutilizável e reciclável;

III – ter o seu pedido deferido pelo gestor da Bolsa Reciclagem.

Parágrafo único – O Governo do Distrito Federal poderá manter cadastro de cooperativas e de associações de catadores de material reutilizável e reciclável e de beneficiários da Bolsa Reciclagem, para fins de controle da concessão do incentivo financeiro de que trata esta lei.

Art. 6º – A perda da condição de beneficiário da Bolsa Reciclagem se dará nos seguintes casos:

I – deixar o beneficiário de exercer atividade relacionada à catação e manejo de material reutilizável e reciclável;

II – deixar o beneficiário de ser cooperado ou associado de instituição de catadores de material reutilizável e reciclável;

III – ter sido a cooperativa ou associação de catadores de material reutilizável e reciclável excluída do cadastro distrital;

IV – a pedido do interessado.

Art. 7º – A Bolsa Reciclagem não poderá ser paga cumulativamente com benefício de mesma natureza, concedido a qualquer título, salvo para fins de complementação de valor, na forma do regulamento.

Liliâne Roriz



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Liliane Roriz



> SETAS - 000005 <

Art. 8º. A gestão dos recursos da Bolsa Reciclagem será feita pelo Governo do Distrito Federal com a participação de, no mínimo, dois representantes de cooperativa ou associação de catadores de material reutilizável e reciclável, por estes indicados.

Art. 9º. O gestor da Bolsa Reciclagem poderá estabelecer regiões prioritárias para a sua implantação.

Art. 10. A Bolsa Reciclagem será custeada com recursos:

I – consignados na lei orçamentária;

II – transferidos de instituições de direito público;

III – doados por pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras;

IV – outros recursos.

Art. 11 – A fiscalização dos recursos da Bolsa Reciclagem será realizada na forma prevista no regulamento, sem prejuízo da exercida pelos demais órgãos de controle do Poder Público.

Art. 12. Sem prejuízo do disposto no Art. 4º, na forma do regulamento, o Poder executivo fixará o valor a ser pago a título de Bolsa Reciclagem e incluirá o respectivo impacto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação observando-se o disposto no Art. 12 desta lei.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, conforme dados divulgados pelo Fórum Estadual Lixo & Cidadania, constantes da publicação "Cartografia Socioambiental do Sistema de Coleta Seletiva", publicado em março de 2011, mais de 800 mil catadores encontram nos materiais recicláveis meios necessários para garantir trabalho e renda. Os resultados da pesquisa apontam que 25,6% do total de 374 catadores entrevistados disseram ganhar acima de R\$465,00, e destes, 5,1 % ganhariam acima de R\$930,00. Entretanto, outros dados mostram uma forma ilusória de se avaliar esse nível de renda, pois o produto é familiar, e não individual, já que se utiliza, muitas vezes, o trabalho de filhos menores. Também haveria, como prática comum de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Liliane Roriz



parcela dos catadores, a exploração da mão de obra de terceiros, que costumam até dormir ou mesmo viver nas imediações do lixão, destacando-se ainda que 25,6% dos catadores trabalhariam mais de 11 horas por dia. Conforme o estudo aponta, o que se pode destacar é que essas pessoas não têm vida social, ou que a vida de pelo menos um quarto delas se resume ao trabalho no lixão.

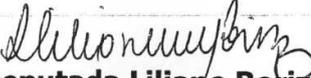
Por outro lado, constatou-se que apenas 21,5% dos Municípios entrevistados têm coleta seletiva implantada (em números absolutos: 44 Municípios). Apesar do reconhecimento da existência de catadores por 68,5% das prefeituras entrevistadas, apenas em 17,6% dos municípios existe algum levantamento ou diagnóstico sobre os catadores de materiais recicláveis. Somente uma pequena parcela dos Municípios busca a construção de alternativas frente a essa realidade através de parcerias com organizações de catadores. Das prefeituras pesquisadas, 44 (22,2%) explicitaram alguma forma de parceria com as organizações de catadores, seja para equipamentos, infraestrutura, caminhão de coleta ou outra.

Nota-se, portanto, que é de fundamental importância a promoção de medidas que efetivamente possam levar a uma assistência mais capacitada e maiores benefícios financeiros aos catadores e às suas organizações, buscando garantir meios de maior integração social e renda individual. Propomos, portanto, a instituição da política pública denominada Bolsa Reciclagem, transferindo renda aos catadores de resíduos sólidos, por intermédio de suas cooperativas e associações. Nesses termos, com a instituição de uma política de pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos catadores, busca-se reconhecer e remunerar, de forma justa, os benefícios que estes prestam à sociedade e à conservação do meio ambiente.

O presente Projeto de Lei é inspirado no PL nº 2.122/2011 apresentado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo Deputado Diniz Pinheiro e que em muito contribuiu para a redução da desigualdade social naquele Estado.

A redução das desigualdades sociais, passa necessariamente pela adoção de medidas inovadoras, audaciosas e corajosas e é neste espírito que apresento a presente proposição na qual conto com o apoio dos nobres pares para aprovação.

Sala das Sessões,


Deputada Liliane Roriz



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Julio Cesar

L I D O
Em, 01.04.15
Assessoria de Fidejussório

> SETAS - 000007 <

PL 330 / 2015

PROJETO DE LEI Nº

(Do Senhor Deputado Julio Cesar)

Estabelece Diretrizes para o acesso ao direito social ao trabalho dos apenados em condições de exercer trabalho externo e dos egressos do Sistema Penitenciário e dá outras providências.

Art. 1º As diretrizes para o acesso ao direito social ao trabalho dos apenados em condições de exercer trabalho externo e aos egressos do Sistema Penitenciário são reguladas por esta lei.

Art. 2º A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Art. 3º O acesso ao trabalho é direito do apenado em condições de exercer trabalho externo e do egresso, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de reincidência e à reinserção social, com ingresso igualitário e universal às ações e serviços para a sua promoção.

Art. 4º A promoção do direito social ao trabalho para os grupos de que trata o artigo primeiro desta lei orienta-se pelas seguintes diretrizes:

I – acompanhamento dos apenados e egressos, visando atendê-los por meio de ações que objetivem a promoção da cidadania e a minimização dos estigmas e vulnerabilidades decorrentes do aprisionamento.

II – estímulo à subvenção a empresas que empregarem egressos do sistema prisional ou apenados em condições de exercer trabalho externo, visando o incentivo à sua contratação, respeitado o limite mínimo de 5% e máximo de 10%.

III – apoio à divulgação das vagas disponibilizadas pelas empresas parceiras, pelo encaminhamento dos candidatos e pelo posterior acompanhamento dos contratados.

IV – promoção do acesso à assistência a esses indivíduos por meio de orientações para a integração da vida em sociedade.

V – a instrumentalização do emprego com a formalização mediante anotação na carteira de trabalho.

VI – inclusão no aperfeiçoamento e implementação de técnicas em cursos de agricultura, pecuária e piscicultura;

VII – estímulo ao acesso às oficinas profissionalizantes de cultivo de alimentos, artesanato, panificação, serigrafia, alfaiataria, mecânica, serralheria e tornearia e outras oportunidades regionais.

APLEJ 01/04/2015 10:44

Sely 12/4/15

1

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete do Deputado Julio Cesar



> SETAS - 000008 <

VIII – estímulo ao acesso à linha de concessão de crédito, a fim de fomentar e viabilizar a abertura de pequenos negócios pelos egressos, apenados e seus familiares.

IX – apoio à divulgação e fornecimento de espaços de amplo acesso para a comercialização de artesanato produzido.

X – busca pela inserção e direcionamento ao mercado de trabalho em conformidade com as aptidões física e mental, com a opção, bem como o domicílio de sua família.

XI – participação da comunidade no apoio à reinserção no mercado de trabalho.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 122 da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao tratar da política penitenciária, dita que "A legislação penitenciária do Distrito Federal assegurará o respeito às regras da Organização das Nações Unidas para o tratamento de reclusos, a defesa técnica nas infrações disciplinares e definirá a composição e competência do Conselho de Política Penitenciária do Distrito Federal.

As ditas regras da Organização das Nações Unidas, adotadas no 1º Congresso das Nações Unidas, sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes realizado em Genebra, em 1955, e aprovado pelo Conselho Econômico e Social da ONU através de sua resolução 663 CI (xxiv), de 31 de julho de 1957, aditada pela resolução 2076 de 13 de maio de 1977. Em 25 de maio de 1984, através da resolução 1984/47, o Conselho Econômico e Social aprovou treze procedimentos para a aplicação efetiva das Regras Mínimas.

Tais regramentos tem como finalidade principal estabelecer princípios e regras de uma boa organização penitenciária e da prática relativa ao tratamento de prisioneiros, pois todo homem tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei, conforme dita o art. 6 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

"Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei".

A própria lei de Execução Penal, no seu artigo 1º, enuncia que:

"A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado."

No que tange ao TRABALHO, das regras acima mencionadas, a de n.º 71.1, assegura ao preso que o trabalho não deverá ser penoso, e que deve aumentar a capacidade dos mesmos para que quando forem libertos possam ganhar honestamente a vida.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Julio Cesar



> SETAS - 000009 <

A Constituição da República Federativa do Brasil elege o trabalho como um dos mais importantes fundamentos da nossa República e faz menção a ele em diversas passagens ligadas aos Direitos e Garantias Fundamentais, aos Direitos Sociais, à Ordem Econômica e à Ordem Social, sempre com o intuito de protegê-lo, uma vez que nossa ordem econômica tem o trabalho como esteio para assegurar a todos uma existência digna, como está descrito no caput do Art. 170 da referida Carta Magna.

Segundo os ditames da Lei de Execução Penal, as regras principiológicas são direcionadas no sentido de que o trabalho assume um caráter educativo e produtivo, como condição do exercício da dignidade humana. É o que dita o artigo 28 do referido diploma.

Assim, a busca do respeito ao primado da dignidade da pessoa humana, que, de igual forma como deve ser, também é aplicável aos detentos e aos egressos do sistema penitenciário, é a intenção real desse projeto de lei.

Límpido é o direito de todo ser humano de comer do trabalho das suas próprias mãos e ser feliz.

Não é justo nem digno dar àquele que foi separado da sociedade pelo cometimento de um crime, que tem por consequência o aprisionamento, não ter uma outra chance para conviver em sociedade. A reinserção e a ressocialização deriva da própria dignidade da pessoa humana e que só pode ser viabilizada com políticas públicas que façam com o apenado não venha a cometer novamente a desordem criminal e com prioridades para o acesso aos direitos sociais constitucionais.

De acordo com Foucault (1998), a prisão, ao mesmo tempo em que se apresenta como instituição punitiva do Estado, se coloca como perpetuadora de práticas disciplinadoras e de submissão.¹

A temática do egresso é novidade na arena política e nas agendas públicas e representa uma nova leva de demandas e conflitos para os governos.

Esta nova forma de se relacionar com o egresso está, portanto, norteadada pelo processo de universalização dos direitos humanos, com o Estado percebendo a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face das especificidades destes. Nesse sentido, consolida-se a necessidade de humanizar o cumprimento da pena, o que, com este projeto de lei, podemos dizer que estabelece diretrizes direcionadas para o público egresso e habilitados para o trabalho externo.

Assim, dentre as principais diretrizes deste projeto de lei tem-se a reinserção na sociedade através do acesso verdadeiro e pragmático ao trabalho de diversas formas, como por exemplo o acompanhamento dos apenados e egressos, o estímulo à subvenção a empresas que empregarem egressos, o apoio à divulgação das vagas disponibilizadas pelas empresas parceiras, a instrumentalização do emprego com a formalização mediante anotação na carteira de trabalho, a inclusão no aperfeiçoamento e implementação de técnicas em

¹ FOUCAULT, M. Vigiante e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1998.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete do Deputado Julio Cesar



> SETAS - 000010 <

cursos, o estímulo ao acesso às oficinas profissionalizantes e à linha de concessão de crédito.

Desta forma, as diretrizes elencadas acima visam minimizar o desemprego dos egressos e apenados que sofrem com a saída prisional a verdadeira segregação social e que são estigmatizados por toda a sociedade, o que dificulta ainda mais o acesso ao mercado de trabalho. É necessário lembrar que o estigmatizado é visto como um indivíduo desacreditado.

Assim, desemprego significa miserabilidade e, sem ter acesso a emprego capaz de suprir suas necessidades básicas, o ser humano é capaz de voltar a delinquir.

Sob esses moldes é que se justifica este projeto de lei, cuja intenção elementar é estabelecer diretrizes de molde a colaborar com a reinserção do apenado à sociedade.

Portanto, peço aos meus pares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, / de 2015.

JULIO CESAR
Deputado Distrital - PRB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN

L I D O
 Em 01/04/15
 Assessoria de Fichário

PROJETO DE LEI Nº DE 2015
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PEN)

PL 331 /2015

> SETAS - 000011 <

Inclui a Festa da Folia do Divino da Paróquia do Divino Espírito Santo do Guará II no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decerta:

Art. 1º Fica a Festa da Folia Festa da Folia do Divino, da Paróquia do Divino Espírito Santo do Guará II, realizada na semana de incidência do dia de Corpus Christi, incluída no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Busca o presente Projeto de Lei assegurar a inclusão da Festa da Folia Festa da Folia do Divino, da Paróquia do Divino Espírito Santo do Guará II, incluída no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, evento que neste ano de 2015 completará a sua 20ª edição, sendo um dos mais importantes do Distrito Federal, no tocante a religiosidade.

A festa começa na porta da Igreja Matriz com a acolhida dos foliões e a benção da bandeira, do estandarte, da coroa e das demais imagens, na quarta-feira que precede a solenidade de "Corpus Christi" e, em seguida, com a celebração da missa de abertura.

O encerramento acontece no domingo seguinte, com a solene missa e o almoço de confraternização. Nos demais dias, quinta, sexta e sábado, as famílias escolhidas com antecedência, preparam o altar na entrada de suas casas, acolhem com devoção o Divino, representado pelos sagrados sinais oferecidos pelos foliões. Então são apresentadas as cantorias, rezas e a famosa dança da catira, que é palmeada e sapateada, acompanhada sempre por dupla de violeiros que alterna as modas com a atuação dos catireiros.

APLIED 01/04/2015 14:19

L 16809

FOLIA DO DIVINO – A ORIGEM

Originária de Portugal, onde se dançava em ritmo acelerado, com o acompanhamento de cantos, pandeiro e adufe. No Brasil, ganhou modos típicos diferentes. Um grupo de homens, utilizando símbolos de sua devoção, acompanha com cantos os festejos do Divino Espírito Santo desde a véspera. A Folia contempla o sagrado e o profano, implorando a proteção divina. O cortejo da procissão é formado pelo rei, pajem, alferes, mordomos, fidalgos. O rei leva uma varinha enfeitada com



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN



fitas de seda e flores artificiais, como se fosse o cetro, o alferes carrega a bandeira com o Espírito Santo representado por uma pomba, pintada ou desenhada, o pajem conduz a coroa e os fidalgos os instrumentos musicais, quando utilizados. Diferente de Portugal, no Brasil o cortejo pede esmolas para a festa do Divino (Folia do Espírito Santo) ou para a festa dos Santos Reis Magos (Folia de Reis). A Folia do Divino manifesta-se em diversas regiões brasileiras. A Biblioteca de Ritmos documentou a apresentação musical desta Folia, através da exibição de um músico especializado neste ritmo. (fonte: *bibliotecaderitmos.com.br*)

Com o fim de fazer justiça, incumbe-nos informar que esta proposição resgata o conteúdo do Projeto de Lei nº 1.946/2014, de iniciativa da nobre deputada Eliana Pedrosa, o qual findou arquivado por força do disposto no arts. 137 e 138 do Regimento Interno desta Casa, e, devido a sua relevância para a comunidade católica do Guará, achamos necessária a sua reapresentação, respeitando, como já dito, a iniciativa primeira e atendendo, ainda, a uma reivindicação do ilustre radialista Luciano Lima, guaranense, católico fervoroso e pessoa compromissada com a realização do evento.

Quanto ao aspecto legal desta propositura, devemos ressaltar que o trato do objeto de sua natureza é da competência legislativa exclusiva do Município, por se tratar de assunto de interesse local, competência esta que é assegurada ao Distrito Federal por força do inciso I do art. 30 e do § 1º do art. 32 da Constituição Federal, que assim prescrevem:

*"Art. 30. Compete aos Municípios:
 I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
 § 1º - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios."*

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em.....

Deputada LUZIA DE PAULA
 Autora



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN**

L I D O
Em 01/04/15
Assessoria de Plenário

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº /2015
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA e outros)**

> SETAS - 000013 <

PR 6 /2015

**Acrescenta inciso ao art. 98-B do
Regimento Interno da Câmara
Legislativa do Distrito Federal.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O art. 98-B do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

**“Art. 98-B.....
(....)**

V – combater e denunciar aos órgãos competentes o assédio contra a mulher em todas as suas formas, inclusive nas Polícias Civil e Militar, bem como no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, assegurando a denunciante o sigilo de seus dados.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recebi em 31/3/15 às 17h
Assinatura Matrícula

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade assegurar proteção à mulher no exercício de suas atividades profissionais, evitando que elas sejam constrangidas e violentadas no seu cotidiano, especialmente no tocante a serem submetidas a qualquer tipo de assédio, moral ou sexual, em seus locais de trabalho.

Esta proposta visa proteger também a mulher policial, tendo em vista pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontar que 40% delas se declararam já ter sido vítimas de algum tipo de assédio dentro da própria corporação em que trabalham, sendo que a maioria delas resolveu se calar com receio de sofrer punições.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN**



O projeto, como visto, propõe incluir um novo inciso ao art. 98-B do Regimento Interno desta Casa de Leis, o qual relaciona as atribuições da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Diante de todo o exposto, rogamos as nobres Pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em.....

> SETAS - 000014 <


Deputada LUZIA DE PAULA

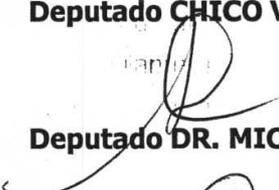
Deputado AGACIEL MAIA

Deputada CELINA LEÃO

Deputado CHICO LEITE

Deputado CHICO VIGILANETE

Deputado CRISTIANO ARAÚJO


Deputado DR. MICHEL

Deputado JOE VALLE


Deputado JUAREZÃO

Deputado JÚLIO CÉSAR

Deputada LILIANE RORIZ


Deputado LIRA

Deputado PROF. ISRAEL


Deputado PROF. REGINALDO VERAS


Deputado RAFAEL PRUDENTE

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO

Deputado RENATO ANDRADE

Deputado RICARDO VALE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN



> SETAS - 000015 <

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS


Deputado RODRIGO DELMASSO

Deputada SANDRA FARAJ


Deputada TELMA RUFINO

Deputado WASNY DE ROURE

Deputado WELLINGTON LUIZ